



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA REGINEIDE GOMES CARVALHO

**TERRITÓRIO E DIREITOS:
desafios da educação escolar indígena entre os Jiripankó**

PALMEIRA DOS ÍNDIOS
2020

MARIA REGINEIDE GOMES CARVALHO

**TERRITÓRIO E DIREITOS:
desafios da educação escolar indígena entre os Jiripankó**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca – Unidade Educacional de Palmeira dos Índios como pré-requisito para obtenção do grau de graduação em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Mayk Andreele do Nascimento

PALMEIRA DOS ÍNDIOS
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Palmeira dos Índios
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza (CRB-4: 1844)

C331t Carvalho, Maria Regineide Gomes
Territórios e direitos: desafios da educação escolar indígena entre os
Jiripankó / Maria Regineide Gomes Carvalho, 2020.
61 f.

Orientador: Mayk Andreele do Nascimento.
Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de
Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.
Palmeira dos Índios, 2020.

Bibliografia: f. 59 – 61

1. Serviço social. 2. Educação – indígenas. 3. Políticas de educação –
indígenas. 4. Índios - educação. I. Nascimento, Mayk Andreele do. II. Título.
CDU: 364

MARIA REGINEIDE GOMES CARVALHO

**TERRITÓRIO E DIREITOS:
desafios da educação escolar indígena entre os Jiripankó**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca – Unidade Educacional de Palmeira dos Índios como pré-requisito para obtenção do grau de graduação em Serviço Social.

Data de Aprovação: 08/06/2020.

Banca Examinadora

Mayk Andreele do Nascimento

Prof. Dr. Mayk Andreele do Nascimento
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
(Orientador)

Fernando de Araújo Bizerra

Prof. Me. Fernando de Araújo Bizerra
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
(Examinador)

J. Peixoto

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto
Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL
Campus III - Palmeira dos Índios
(Examinador externo)

AGRADECIMENTOS

A princípio, agradeço a Deus e as Forças Encantadas que regem esse universo por permitirem que eu iniciasse e finalizasse este trabalho de conclusão de curso, bem como, por proporcionar o conhecimento sobre alguns dos povos indígenas do Estado de Alagoas, em especial, o grupo étnico Jiripankó.

Agradeço a minha família pelo apoio, em especial a minha mãe Analice e minha irmã Katia.

Agradeço a minha amiga Jakelliny, que está comigo desde o primeiro dia de aula até hoje, no decorrer deste tempo passamos por muitas angústias dentro e fora da UFAL mas sempre tivemos uma a outra, e este suporte me foi essencial para o fim deste ciclo. Obrigada pelo apoio em todas as escolhas acadêmicas e pessoais no decorrer destes anos. Agradeço por todas nossas conversas, por todas nossas risadas, choros, brincadeiras, viagens e claro, por todo o companheirismo. Uma amiga pra vida.

À Eloise, que esteve comigo no início desta pesquisa, minha dupla em diversos eventos referentes à temática trabalhada nesse estudo, sempre partilhando todas as emoções. Foi de extrema importância este apoio inicial. Agradeço pelas nossas conversas, por todas as mensagens e palavras de conforto em momentos de conflitos. Por todas as risadas e brincadeiras dentro e fora da UFAL, agradeço pelo seu carinho, que ao chegar na UFAL me fazia esquecer dos problemas, sempre com um abraço e um sorriso. Tenho muito a te agradecer, com certeza uma das amizades que levarei além da graduação. À você amiga, meu muito obrigada por todos os momentos.

À Bruna Leticia, com certeza a pessoa que mais me fez rir durante esse tempo, agradeço por todas nossas risadas e companheirismo durante esse tempo.

À Danilo França, pelos momentos de descontração, Agradeço por todas as vezes que se dispôs ir na minha casa quando eu não estava bem, me fazendo esquecer dos conflitos internos que me acompanharam no decorrer destes anos.

À Lucas Emanuel, por ter proporcionado o momento de conhecer a aldeia Ouricuri pela primeira vez, foi fundamental sua presença nesta pesquisa. Agradeço pelas conversas, por vezes sérias, por vezes descontraídas, pelas risadas e bem como pelo apoio acadêmico, lendo e corrigindo meus primeiros textos.

Á Pedro Samyr, por sempre ler e orientar meus textos, pelas mensagens me encorajando, principalmente na primeira viagem sozinha ao Sertão. Seu apoio foi muito importante e significativo para mim.

Á Cicinho, Agradeço por me receber em sua casa, pelas conversas que foram extremamente ricas e significantes, tanto para mim como pessoa quanto para a pesquisa aqui apresentada.

Agradeço a todos os integrantes do Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas –GPHIAL, por me acolherem tão bem, aprendi muito com todos.

Á Adelson Lopes, agradeço pelo convite em participar do GPHIAL, pela acolhida e por sempre ser paciente comigo.

Á Flavia Tavares, que foi minha supervisora de Estágio, e hoje tornou-se minha amiga, agradeço pelo exemplo profissional, pelos ensinamentos compartilhados durante o período de convivência e por ter me recebido tão bem como estagiária.

Á Mayk Andreele, que orientou este trabalho, agradeço pela disponibilidade, bem como pela paciência em desenvolver este trabalho junto comigo.

Enfim, agradeço a todos que se fizeram presentes na minha vida durante este percurso e contribuíram de forma direta e indireta na construção desse trabalho

*“Muitas lutas ainda há de serem enfrentadas”
Genésio de Miranda*

RESUMO

Permeada por uma pesquisa bibliográfica e documental, caracterizada pela análise de entrevistas, fotografias e documentos relacionados ao povo indígena Jiripankó, que habitam o município de Pariconha, no Alto Sertão de Alagoas, organizamos nesta produção uma série de dados e reflexões sobre os vínculos entre a educação escolar diferenciada, realizada na Escola Estadual Indígena José Carapina, única instituição de ensino entre os referidos indígenas, e a noção de território tradicional, defendida pela etnia e legitimada pela legislação brasileira enquanto direito constitucional. Desse modo, analisamos e descrevemos o modo como os jovens são formados na Escola e como, a partir desse processo, alguns passam a se identificar enquanto pertencentes aquele lugar social, aos direitos que lhe são cabidos e, por consequência, a identidade indígena. Visamos contribuir no estudo da temática indígena em Alagoas ao protagonizar a pesquisa que foi realizada entre os Jiripankó; apresentando, nesta monografia de Serviço Social, a sociedade Jiripankó através da ótica do território e educação escolar diferenciada e intercultural.

Palavras-chave: Direitos. Educação escolar. Indígenas. Jiripankó. Território.

ABSTRACT

Permeated by a bibliographic and documentary research, characterized by the analysis of interviews, photographs and documents related to the Jiripankó indigenous people, who inhabit the municipality of Pariconha, in the Alto Sertão de Alagoas, organized in this production a series of data and reflections on the links between education differentiated school, held at the José Carapina Indigenous State School, the only educational institution among the indigenous women, and a notion of traditional territory, defended by ethnicity and legitimized by Brazilian legislation, as a constitutional right. This way, analyzes and describes the way young people are trained in the School and, from this process, some start to identify while belonging to that social place, to the rights of which they are entitled and, consequently, an indigenous identity. We aim to contribute to the study of indigenous themes in Alagoas, to characterize a research that was carried out among the Jiripankó; presented in this monograph of Social Work, a Jiripankó society through the perspective of the territory and differentiated and intercultural school education.

Keywords: Indigenous. Jiripankó. Rights. Schooling. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Ilustração 1 – Diáspora do povo Jiripankó	21
Ilustração 2 - Vista ampla da comunidade Ouricuri	23
Ilustração 3 – Localização da Escola Estadual Indígena José Carapina	29
Ilustração 4- Fachada da Escola Estadual Indígena José Carapina	31
Ilustração 5 - Fundos da Escola Estadual Indígena José Carapina	32
Ilustração 6 - Corredor principal da Escola Estadual Indígena José Carapina	33
Ilustração 7 – Representação da Escola Estadual Indígena José Carapina	33
Ilustração 8 – IDEB Escola Estadual Indígena José Carapina	34
Ilustração 9 – Praiá desenhado por aluno Jiripankó	36
Ilustração 10 - Praiás Jiripankó durante ritual	37
Ilustração 11 - Cruzeiro	38
Ilustração 12 – Montanhas e praiás	38
Ilustração 13 – Ciclo de relações Jiripankó	40
Ilustração 14 – Público durante ritual Jiripankó	45
Ilustração 15 – Localização da terra indígena Jiripankó	47
Ilustração 16 – Rede de relações entre etnias indígenas em Alagoas	52

LISTA DE SIGLAS

APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ASA BRASIL	Articulação do Semiárido Alagoano Brasil
AVAL	Antropologia Visual em Alagoas
CLIND	Curso de Licenciatura Intercultural Indígena
COPPABACS	Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
EJA	Conselho Indigenista Missionário
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPHIAL	Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas
GT	Grupo de Trabalho
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
KKKK	Kalankó, Karuazu, Katokinn e Koiupanká
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PROLIND	Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI	Sistema de Proteção aos Índios
TI	Terra Indígena
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	HISTÓRIA, TERRITÓRIO E DIREITOS ENTRE OS JIRIPANKÓ	17
2.1	A concepção de território e educação escolar entre os Jiripankó	18
2.2	Formação étnica Jiripankó: diásporas e sobrevivências	20
2.3	Utopias e realidades: direitos constitucionais sobre o território e educação escolar	25
3	CAMINHOS PARA O FUTURO: AS FUNÇÕES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA	29
3.1	A realidade Jiripankó: Escola Estadual Indígena José Carapina	30
3.2	Lutas, histórias e identidades: o que pensam os alunos?	35
3.3	O território e a educação escolar: um ciclo	40
4	A (SOBRE)VIVÊNCIA JIRIPANKÓ E SUAS ARTICULAÇÕES: BASES NECESSÁRIAS PARA A CONTINUIDADE DO CICLO	42
4.1	Discursos e narrativas de quem luta	42
4.2	Direitos conquistados	46
4.3	Articulações e parcerias: parentes, organizações e universidades	50
5	CONCLUSÃO	57
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a relação dos povos indígenas com o Estado brasileiro tem sido conflituosa no que diz respeito à violação de direitos, pois estes indivíduos foram e ainda são alvo de preconceitos que perpassam desde o direito à terra, aos direitos individuais e sociais garantidos constitucionalmente. Tais povos, têm se organizado para resistir e lutar contra o desmonte nos territórios demarcados. Ressaltam seus valores das mais variadas maneiras, firmando um processo histórico de resistência, lutando por melhores condições de vida, pela demarcação de seus territórios e por políticas públicas que respeitem diversidade étnica, a ancestralidade e os direitos indígenas.

Este cenário nos convoca para pensar o quanto ainda se faz necessário deflagrar este debate no âmbito da sociedade, nas universidades trazendo para seus currículos, as pautas indígenas, como por exemplo, as políticas indigenistas que estão inseridas nas políticas de proteção social como na saúde, na assistência social, na educação e na previdência social. Da mesma forma, esta pauta deve ocupar um lugar estratégico no âmbito do Serviço Social e nas suas produções de conhecimentos.

Os primeiros contatos com os povos indígenas em Alagoas se deram, devido a minha residência na cidade de Palmeira dos Índios, no semiárido de Alagoas. Desse modo, tive a curiosidade de conhecer mais a respeito dos indígenas e ao entrar na Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Unidade de Palmeira dos Índios, em 2016, tive tal sentimento aguçado através do Centro Acadêmico de Serviço Social intitulado “Centro Acadêmico Maninha Xukuru Kariri”, que me chamou atenção para a temática.

Enquanto graduanda em Serviço Social pela UFAL, procurei informações a respeito das aldeias existentes no município e, com isso, comecei a participar de eventos, debates e palestras sobre a temática indígena, chegando por meio de indicações e referências a ter os primeiros contatos, na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL – Campus III, com o Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL –, coordenado pelo Professor Dr. José Adelson Lopes Peixoto, docente no curso de História do referido Campus.

Após frequentar algumas reuniões do Grupo de Pesquisa citado, tive acesso às pesquisas de Graduação, Mestrado e Doutorado de seus membros e, por meio dessas, me aprofundei na temática indígena em Alagoas. Em 2018, após um ano participando do Grupo, participei da comissão organizadora do “X Abril Indígena: Saúde, Memória e Resistência”, na qual conheci

a liderança indígena Cícero Pereira dos Santos, membro da etnia Jiripankó. Instigando em mim ao debruçamento na história de sua etnia.

A convite de Cícero Pereira, que chamo carinhosamente de Cicinho, fui a comunidade Ouricuri no fim do ano de 2019 conhecer um pouco mais a respeito do povo Jiripankó. Ao chegar, fiquei encantada com as belezas do sertão alagoano, desde a paisagem às pessoas que lá conheci. Ficando hospedada na casa de Cicinho, pude assim ter um contato maior com seus familiares e amigos, bem como com suas respectivas histórias.

Em decorrência da pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus - COVID-19 e da política de isolamento social, houve uma impossibilidade de realização da pesquisa de campo na aldeia do povo Jiripankó, que tinha como finalidade realizar uma série de entrevistas com os atores sociais dessa comunidade indígena. Vale ressaltar que antes desse contexto, fui até a comunidade com o objetivo de receber a autorização para minha estada na aldeia, ocasião na qual foi obtida a anuência assinada pela liderança indígena Cícero Pereira dos Santos, para assim dá continuidade com a submissão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil para avaliação no Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Porém, devido esse contexto de pandemia, a comunidade indígena encontra-se com acesso fechado para receber visitantes e pesquisadores, impossibilitando, assim, minha ida ao campo que, por sua vez, restringiu a minha pesquisa à realização de estudo bibliográfico e análise documental do acervo do Grupo de Pesquisa e História Indígena de Alagoas.

Pensando assim, este trabalho buscou compreender as relações inerentes ao território e à educação escolar entre os indígenas Jiripankó, habitantes do município de Pariconha no Alto Sertão de Alagoas – Vivenciada pelos indígenas da aldeia Ouricuri. Assim, “TERRITÓRIO E DIREITOS: desafios da educação escolar indígena entre os Jiripankó” tratou de descrever a dinâmica vivenciada pelos moradores da comunidade Ouricuri acerca dos movimentos de resistência em prol do território, bem como o fortalecimento desses através da Escola Estadual Indígena José Carapina.

Esta monografia é centrada sobre duas instâncias. A primeira, sendo a educação escolar; e a segunda, o território tradicional do grupo, buscando analisar as relações entre ambas.

Dentre os dados analisados na pesquisa, se encontram arquivos etnográficos de pesquisadores do GPHIAL que realizaram pesquisas entre os Jiripankó, com cerca de 8 depoimentos dos entrevistados gravados (no formato Mp3), dentre esses: professores, lideranças tradicionais, alunos indígenas de graduação e outros membros da comunidade.

Os dados estão aqui organizados de modo a comporem os três capítulos deste trabalho. Entre esses, o primeiro capítulo, intitulado “História, território e direitos entre os Jiripankó”,

que buscou apresentar a formação étnica Jiripankó, considerando a importância da compreensão da história desse povo, a fim de embasar as análises sobre as suas reivindicações e, conseqüentemente, sua legitimidade. Assim, descrevemos as concepções dos indígenas sobre os conceitos de território e educação escolar, apresentando os direitos sobre essas particularidades, amparados pela legislação, em especial a Constituição Federal de 1988.

No segundo capítulo, denominado “Caminhos para o futuro: as funções da educação escolar diferenciada”, apresentamos os percursos ofertados pela educação escolar, realizada na escola Jiripankó, aos indígenas, especificamente os mais jovens. Em tempo, descrevemos também a realidade estrutural e pedagógica da instituição, assim como o que chamamos de “ciclo” entre a escola e o território.

Por fim, no terceiro capítulo, nomeado “A (sobre)vivência Jiripankó e suas articulações: bases necessárias para a continuidade do ciclo”, destrinchamos tal conceito entre os indígenas e organizamos um estudo sobre as bases que permitem o seu pleno desenvolvimento e perpetuação. Dentre essas, citamos os alunos, a educação escolar, as parcerias e a identidade do grupo. Sobre as parcerias e associações existentes entre a etnia, destacamos suas atuações e apresentamos suas particularidades e intuítos.

Para o embasamento teórico e bibliográfico, utilizamos Peixoto (2018), Arruti (1996; 2004), Santos (2015), Mendonça e Santos (2019), Ferreira (2015), Silva (2013), sobre a temática indígena, e pesquisadores como Silva (2016) Reis (2015) e Luckesi (1994) em relação a educação e suas variantes.

2 HISTÓRIA, TERRITÓRIO E DIREITOS ENTRE OS JIRIPANKÓ

O povo indígena Jiripankó habita a zona rural no município de Pariconha, localizado no Alto Sertão do estado de Alagoas. A região em que vivem os indígenas é marcada por um clima árido, sendo castigada por períodos de seca que limitam a produção agrícola ao longo do ano. O grupo se encontra cercado por várias serras e vales que complementam a paisagem em seu entorno, junto também à vegetação do bioma Caatinga, seca durante grande parte do ano, com exceção da cor esverdeada que assume durante os escassos períodos de chuvas.

Atualmente, o grupo possui aproximadamente 2.000 (dois mil) integrantes vivendo nas comunidades¹ distribuídas ao longo do seu território tradicional. A Terra Indígena (TI) Jiripankó possui o equivalente a 215 hectares de posse, em relação a um total de 1.110 que compõem seu espaço tradicional (SILVA, 2013); cerca 1/4 do território dos indígenas se encontra devidamente ocupado, estando o restante sob posse de pequenos agricultores e alguns latifundiários.

Sobre a vivência socioeconômica dos partícipes das comunidades, a maioria trabalha na agricultura durante os períodos em que o clima é favorável ao plantio ou possui pequenos estabelecimentos comerciais, como bares e lanchonetes em suas residências. Contudo, em períodos de baixa pluviosidade e escassez de empregos, migram para outros locais em busca de fontes de renda, realizando o traslado entre a sua comunidade e regiões longínquas no decorrer do ano².

Apesar das migrações, nota-se o retorno frequente dos indígenas para seu local de origem, mesmo existindo casos nos quais as condições de vivência em outras regiões, segundo alguns Jiripankó, se apresentaram mais favoráveis do que as experienciadas em Alagoas. Os motivos para tais viagens de volta se encontram vinculados ao ambiente cotidiano do grupo, constituído pelas relações de parentesco e outras sociabilidades, assim como, segundo

¹ O povo Jiripankó possui um total de 08 comunidades distribuídas ao longo do território tradicional, em áreas devidamente homologadas e em algumas ainda não demarcadas, essas sendo denominadas: Ouricuri, Figueiredo, Piancó, Poço D'areia, Serra do Engenho, Araticum, Capim e Caraibeiras.

² Durante as migrações para trabalho, grande parte dos jovens e adultos, com idades entre 18 e 30 anos, se encontra ausente do cotidiano das comunidades, visto que se deslocam rumo a estados como Sergipe, Pernambuco, Bahia e até mesmo locais mais distantes como Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, São Paulo entre outros.

recorrentes afirmações dos indígenas, também ocorrem devido à “saudade da terra e da tradição dos mais velhos”³.

A noção de saudade presente nos relatos dos Jiripankó se encontra associada à necessidade de retornar as suas origens socioculturais e territoriais, visto que, a construção das suas identidades está atrelada, como buscaremos examinar, à história da comunidade e, especificamente, a construção histórica do território tradicional, originando deste processo a unidade entre o “ser” e o “Jiripankó”, proveniente da associação entre as identidades sociais dos sujeitos e o contexto histórico e cultural vivenciado, gerando deste vínculo as afirmações de identidade representadas pela colocação: “sou Jiripankó”⁴.

Portanto, a terra, para os indígenas, possui um significado transcendente a simples agricultura ou a habitação (SANTOS, 2015), de modo que investigaremos essa particularidade na organização do conceito de “território” para os Jiripankó; entendendo, também, como a educação escolar existente entre o povo contribui no compartilhamento das bases comuns à identidade indígena, visto que, o território e a educação encontram-se atrelados de modo a contribuir na afirmação identitária daquela sociedade.

2.1 A concepção de território e educação escolar entre os Jiripankó

O que os Jiripankó denominam por “território” é o resultado da elaboração realizada por esses, sobre o espaço habitado, a partir de suas ações em determinados âmbitos, como na educação escolar, rituais, mobilizações e o próprio cotidiano; tecendo assim, novos significados para os elementos da natureza que compõem aquela geografia (SANTOS, 2015). A terra, torna-se, desse modo, o lugar de socialização de memórias, tradições e elementos simbólicos que constituem especificidades da identidade indígena.

A dimensão territorial do grupo é todo o espaço que foi associado a algum sentido tradicional pelos seus membros, logo, destacamos a diferença entre terra e território, pois, como descrito por Claval,

A consideração da dimensão territorial traduz uma mutação profunda na abordagem geográfica: falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que

³ Afirmação oriunda de entrevistas realizadas com alguns dos Jiripankó que protagonizam as referidas migrações sazonais na busca por oportunidades de emprego ao pesquisador Lucas Emanuel Soares Gueiros.

⁴ Constatação proveniente da análise de entrevistas, tal simples frase expressa o resultado da construção da identidade particular daquela sociedade.

mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham. (CLAVAL, 1999, p. 11)

O território está de fato ligado ao espaço geográfico (terra), contudo os significados atribuídos a este, pelos seus habitantes é o que determina o seu valor enquanto componente na sua identidade. Portanto, o homem produz, a partir de alterações da natureza, um território que não tem significado sem seus habitantes, dotados de suas experiências culturais e históricas.

Desde a formação e reconhecimento étnico dos Jiripankó, o local habitado se tornou um dos elementos determinantes para o bem estar dos indígenas, estruturando-se como um dos componentes responsáveis pelo pertencimento étnico, sendo de suma importância para a identidade coletiva. Esse pertencimento é importante na conquista de direitos como políticas voltadas para a saúde indígena, autonomia⁵, usufruto sustentável do território e educação escolar diferenciada, a última sendo determinante no desenvolvimento da identidade dos indígenas.

É na vivência cotidiana no território que os Jiripankó socializam suas práticas culturais, constituindo-se num lugar de circulação e compartilhamento da memória responsável através da transmissão dos conhecimentos tradicionais entre as diferentes gerações; Sobre essa dinâmica e interação, observa-se que

[...] ao correlacionar os termos tradição e memória ao pertencimento e identidade étnica, essas categorias estão interligadas em um circuito de valores interétnicos, desenvolvido no interior das relações cotidianas Jiripankó, onde a tradicionalidade espelhada nos mais velhos, compartilha suas memórias entre os mais jovens, proporcionando o pertencimento e conseqüentemente o florescer da identidade baseada na inclusão das novas gerações nas memórias e sociabilidades do grupo, considerando o papel determinante dos mais novos da etnia no “ser Jiripankó.” (MENDONÇA; RODRIGUES, 2019, p. 160)

Desse modo, uma das principais formas de inclusão dos mais jovens no meio social e memorial do grupo vem sendo exercida através da educação escolar praticada entre os indígenas, tendo em vista que essa está obrigatoriamente presente no cotidiano dos mais jovens

⁵ Durante grande parte de sua história contemporânea os indígenas, não apenas os Jiripankó, mas a grande maioria resistente no Brasil, vivenciaram o que a História Indígena denomina enquanto “tutela” ou tentativas desta, exercidas principalmente por instituições governamentais como o Sistema de Proteção aos Índios – SPI, durante o período entre as décadas de 1910/70. A autonomia surgiu, no final do século XX, enquanto uma importante articulação protagonizada por esses povos na busca da efetivação de seus direitos.

e auxilia o processo memorial vivenciado no território; a Escola Estadual Indígena José Carapina⁶, importante nessa prática de ensino diferenciado. Compactuando com as afirmações anteriores, Ferreira, ao dissertar sobre a educação escolar indígena e suas demandas, afirma que

O processo de luta dos povos indígenas alagoanos pelo reconhecimento étnico, pela posse da terra e por uma educação diferenciada vem sendo articulado junto a todo movimento nacional, desde os anos de 1980, mas, apenas em 2003 é que foram estadualizadas 13 escolas indígenas ditas específicas e diferenciadas. Atualmente, este número chega a 15 escolas nas comunidades indígenas de todo o Estado. (FERREIRA, 2009, p. 107)

Entre as 13 escolas indígenas estadualizadas, até o período do estudo citado, encontra-se a Escola Indígena José Carapina (FERREIRA, 2009). Essa instituição, segundo alguns Jiripankó, foi uma conquista coletiva que envolveu uma série de mobilizações políticas. Destarte, compreendemos que o território e a educação se encontram atrelados entre os Jiripankó, visto que ambos dialogam e contribuem na busca por direitos vinculados a melhoria do bem-estar coletivo. Tal busca por direitos e articulações, protagonizadas pelos indígenas, possuem, contudo, suas raízes traumáticas, em tempos anteriores ao presente do século XXI, período que analisaremos a seguir.

2.2 Formação étnica Jiripankó: diásporas e sobrevivências

A etnia estudada teve sua origem através dos processos de diáspora protagonizados pelo povo Pankararu, durante o século XIX, devido às investidas dos latifundiários habitantes na região limítrofe entre os municípios pernambucanos de Jatobá, Tacaratu, Petrolândia e Itaparica na Bahia, local conhecido pela denominação de “Brejo dos Padres” (ARRUTI, 1996). No que se refere às perseguições, motivadas pelo interesse sobre a posse das terras habitadas pelos indígenas no século XIX, foram ocasionadas após a extinção do aldeamento devido a da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 que, segundo Silva (2011),

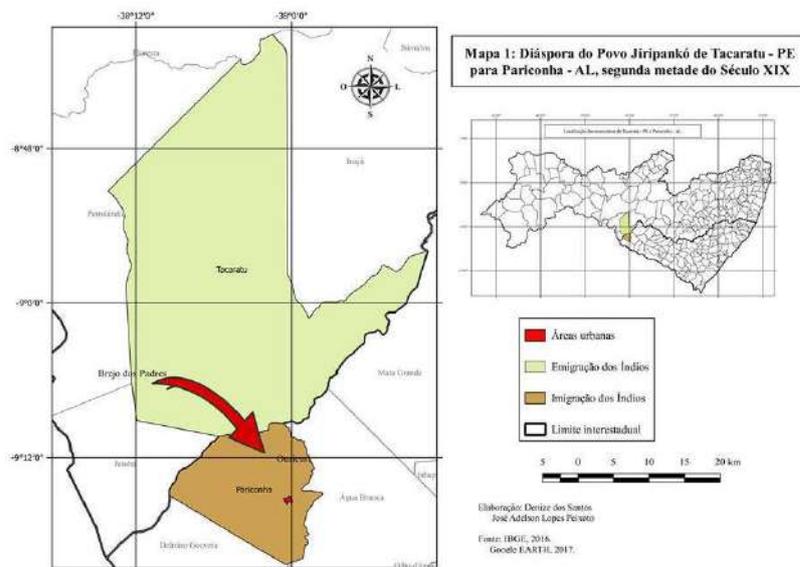
No Nordeste, sobretudo após a Lei de Terras de 1850 [...] determinou os registros cartoriais das propriedades, definiu as terras devolutas oficiais que poderiam ser vendidas em leilões públicos, os senhores de engenho no litoral, os fazendeiros no interior, os tradicionais invasores das terras dos antigos aldeamentos indígenas bem como as autoridades defensoras que possuíam interesses comuns, sistematicamente afirmaram que os índios estavam

⁶ Instituição de ensino construída entre os anos de 2000 e 2002 na comunidade Ouricuri. Atualmente, tal escola se constitui enquanto única instituição escolar existente entre os Jiripankó.

‘confundidos com a massa populacional’ e por esse motivo não existiam razões para a continuidade dos aldeamentos. (SILVA, 2011, p. 314)

Tal Legislação intensificou os conflitos entre as populações indígenas e a sociedade envolvente, acarretando uma série de migrações, sobretudo, dos índios aldeados da região Nordeste que se dispersaram por diversas localidades em busca da sobrevivência longe das perseguições e discriminações. No caso dos Pankararu, alguns dos seus chegaram às regiões de estados como Bahia e Alagoas e novas áreas do próprio Pernambuco. Os Jiripankó tiveram sua formação a partir dessas diásporas. Sobre tal ocorrido, apresentamos a ilustração a seguir.

Ilustração 01 – Diáspora do povo Jiripankó



Fonte: Peixoto (2018)

A ilustração 01 demonstra a diáspora que ocasionou na formação da etnia estudada, pois um dos grupos que migrou de Brejo dos Padres se estabeleceu na zona rural do município de Pariconha, José Antônio do Nascimento, conhecido como José Carapina, o primeiro indígena Pankararu a chegar a Alagoas, assim

Os Jiripankó vivenciaram uma diáspora assinalada pela fuga [...] das suas terras, na segunda metade do século XIX, quando um indígena de nome José Antônio do Nascimento (conhecido como José Carapina) e sua esposa Isabel (também era sua prima), chegaram às proximidades da Serra do Engenho [...] e, com o passar do tempo, foram recebendo outros parentes e formando um aldeamento. (PEIXOTO, 2018, p. 45)

Como descrito por Peixoto, Logo quando chegou à Alagoas, José Carapina passou a trabalhar nas terras de um fazendeiro proprietário de terras na zona rural do, à época, distrito de Água Branca, tempos após se estabelecer na área que atualmente compõe o território tradicional Jiripankó, o indígena passou a convidar outros parentes, no intento de compartilhar as condições de vida encontradas. (PEIXOTO, 2018)

Com o passar do tempo, devido a conflitos com o fazendeiro proprietário das terras onde trabalhava através do sistema de meia⁸ e após a mediação do Barão de Água Branca⁹, José Carapinha efetivou a compra de uma propriedade correspondente aos ganhos oriundos do tempo de trabalho dedicado ao latifundiário. No contexto citado, o Barão, ao tomar conhecimento da necessidade de mediação no litígio entre José e o fazendeiro,

[...] se opôs a conduta do fazendeiro e preferiu completar a quantia que José Carapina conseguiu com a venda de seus animais e da partilha de seu trabalho. Com isso conseguiu comprar a terra e registrá-la, isso em 15 de novembro de 1894, conforme certidão do Cartório de Imóveis de Água Branca – Alagoas (SANTOS, 2015, p. 14).

Sendo as afirmações dos Jiripankó, em relação ao usufruto do território habitado e a tradicionalidade deste, permeadas pela justificativa de tal migração formadora (ilustração 01) e posse do território através da compra realizada por José Carapina. Desse modo, após o estabelecimento dos primeiros Pankararu na zona rural de Pariconha a convite de Carapina, com o passar das décadas, o território começou, a ser entendido como sustentáculo do modo de vida indígena e local onde suas relações sociais, sistema de crenças e sustentabilidade puderam ser estruturados (GOULART, 2008). Cerca de um século após a formação do grupo, já no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a educação apareceu enquanto detentora do papel em prol da cultura, relações sociais e história daquele grupo, contribuindo no desenvolvimento das novas gerações Jiripankó.

Assim, devemos entender o território Jiripankó a partir de noções que considerem a terra enquanto um alicerce da identidade, construída a partir de uma formação histórica particular e

⁸ O pacto de trabalho existente entre José Carapina e o seu empregador era baseado na premissa de que o indígena deveria trabalhar no sistema de meia, no qual metade da safra ficaria com o fazendeiro proprietário das terras, destacando que alguns animais após a procriação passariam a pertencer ao indígena.

⁹ No período citado, meados do século XIX, Pariconha ainda se encontrava pertencente ao município de Água Branca, através da categoria de distrito. Assim, ocorrendo o desentendimento citado nesta produção, o mediador legal encontrado, no intuito de exercer um julgamento sobre o litígio, foi o Nobre Joaquim Antônio de Siqueira Torres (Barão de Água Branca), visto que era o responsável em função do título criado em seu favor por D. Pedro II em 15 de novembro de 1879.

a educação escolar enquanto uma incentivadora da compreensão dessas particularidades oriundas da ancestralidade daquele espaço tradicional, o ensino escolar uma espécie de percurso rumo ao objetivo almejado pelos indígenas, caracterizado pelo bem estar social, garantia de direitos e contribuição nas suas identidades.

Ainda sobre o processo histórico vivenciado pelos ancestrais Jiripankó, a Lei de Terras de 1850 foi um fator a se destacar no estabelecer das escrituras cartoriais de compra enquanto únicos meios de legitimação da propriedade sobre a terra. Os indígenas, no caso os primeiros sucessores de José Carapina, devido à inexistência da referida documentação perderam a posse de seus territórios (PEIXOTO, 2018). Contudo, as reivindicações dos Jiripankó em relação ao seu território tradicional representam a sua articulação em contextos sociais, políticos e culturais frente a esse passado vivenciado e marcado por traumas.

Ilustração 02 – Vista ampla da comunidade Ouricuri



Fonte: Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, 2019.

O resultado dessas reivindicações sobre a ancestralidade do território foi parcialmente obtido no ano de 1992 quando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), representada pelo Grupo de Trabalho (GT) liderado pela antropóloga Maria de Fatima Brito, efetivou a demarcação dos 215 hectares citados no início deste capítulo. A ilustração 02, apresenta uma vista panorâmica da comunidade Ouricuri, localidade com a maior densidade populacional entre os Jiripankó e principal região localizada na área demarcada no ano de 1992.

No registro fotográfico exposto, notamos a vegetação característica da caatinga e o clima notadamente árido ao fundo, o circuito de serras que no passado isolou e protegeu José Carapina e seus semelhantes de diversas perseguições. Outros testemunhos são encontrados nos relatos dos Jiripankó, dentre esses citamos o discurso do Sr. Genésio Miranda da Silva, cacique

tradicional e neto de José Carapina, que se encontra registrado no Relatório Antropológico de demarcação.

Sobre as condições de vida, a liderança indígena afirmou que “Quando me entendi de gente não tinha uma casa de tijolo aqui, e de telha era muito difícil, tudo era palhoça, era cabaninha de palha que a família Peba tinha uma rua completa. Tinha índio que dormia no relento só coberta com as palhinhas¹⁰.” A narrativa do indígena destaca o modo de vida em meados do século XX, parte das condições de sobrevivência citadas era oriunda do modo de vida tradicional.

Como o próprio Cacique afirmou ao descrever que “Pelo que ouvi dizer esses índios não usavam casa, dormiam no relento. Tinha deles que nem casa tinha, moravam embaixo do pé de imbuzeiro, embaixo de uma quixabeira... Esse era o esquema do Índio... aqueles antigos”¹¹, mas tais contextos eram também vivenciados devido à dificuldade de sobrevivência e exercício de direitos básicos, enquanto indígenas e cidadãos, pois o governo brasileiro ainda não reconhecia esses indivíduos enquanto portadores de direitos ou dotados de particularidades.

A efetivação da demarcação no ano de 1992, só foi possível devido aos resultados do processo de redemocratização do Brasil (1975-1985) e seu forte conteúdo reformista, baseado na universalização de direitos e gestão democrática (BEHRING, 2011). Portanto, os Jiripankó e outros grupos étnicos brasileiros encontraram, no final do século XX, principalmente no que concerne a Constituinte promulgada nesse período¹², brechas necessárias para o reconhecimento oficial de suas identidades.

Frente a contextos situacionais distintos do passado marcado por silenciamentos¹³, esses sujeitos buscaram outras maneiras de articulação na busca pela legitimação de direitos, principalmente no que se refere a demarcação. Desse modo, a apropriação de saberes científicos se tornou o instrumento e estratégia na reivindicação do direito a diferença (PEIXOTO, 2018); a escola, para esses indígenas, assumiu usos e intensões particulares, defendidos pela própria legislação brasileira.

¹⁰ Relato do Cacique Genésio Miranda da Silva retirado do Relatório Antropológico produzido pela antropóloga Maria de Fátima Brito, página 8. Para mais detalhes ver: Brito (1992).

¹¹ Relato do Cacique Genésio Miranda da Silva retirado do Relatório Antropológico produzido pela antropóloga Maria de Fátima Brito, página 8.

¹² Destacamos os artigos 231 e 232 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, que detém enquanto público alvo os indígenas e alguns de seus direitos. Para mais detalhes, ver: Brasil (2016).

¹³ Durante grande parte de sua história os indígenas foram silenciados pelas discriminações da sociedade envolvente, tento que ocultarem suas identidades e buscarem meios de sobrevivência, esse período ocorreu entre os Jiripankó desde a chegada de José Carapina até meados dos anos 1980.

2.3 Utopias e realidades: direitos constitucionais sobre o território e educação escolar

As demandas dos Jiripankó sobre o território são, como apresentamos, justificadas a partir do processo histórico vivenciado por esses, de modo que as vivências no passado, mesmo que traumáticas, contribuíram para a organização do presente daquela sociedade. Contudo, não apenas as narrativas e registros do passado amparam as lutas e reivindicações entre tais indígenas, a Constituição de 1988 apresenta legislações que determinam alguns dos direitos referentes a essas populações ancestrais.

O artigo 231, parágrafo 2º, destaca que “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”. (BRASIL, 2016, p. 133) Logo, os Jiripankó possuem o amparo legal sobre as suas reivindicações referentes à posse do território, contudo a efetivação desse direito, aparentemente simples segundo o artigo citado, se distancia da realidade vivenciada pelos indígenas.

O descaso frente a concretização dos direitos não se limita a realidade vivenciada pelos Jiripankó, visto que isso é recorrente entre outras diversas etnias nacionais¹⁴, a terra é, como pensou Santos, uma questão central na discussão da temática indígena a nível nacional (SANTOS, 2019). Logo, a demarcação, infelizmente, aparenta ser uma das instâncias dispostas a mais fortemente abalar as ações do Estado destinadas aos indígenas, de modo que órgãos responsáveis, como a FUNAI, se veem estagnados no que se refere à demarcação e homologação das Terras Indígenas (TIs) brasileiras. Em relação à questão territorial entre os Jiripankó, Everson Araújo da Silva, jovem liderança Jiripankó, afirmou que

A gente não pode pensar a tradição, sem pensar a questão territorial para além do que a gente já tem demarcado, o pouco que a gente tem né, e é importante a luta pela terra, que a gente vem desde antes lutando enquanto indígenas, pela conquista do território Jiripankó, em todas as causas indígenas além daqui e mais centrada na questão territorial do que nós foi tirado, que a colonização nos levou a dar... estar ocupando espaços que não eram os nossos, é a história do povo Jiripankó quando veio de Pernambuco, aí desde antes... desde essa época que a gente vem lutando pela questão territorial.¹⁵

¹⁴ Existem, até o ano de 2019, cerca de 1296 Terras Indígenas no Brasil, estando 401 demarcadas, 306 em processo, 65 em categorias avulsas a descrição de território tradicional e, aproximadamente, 530 sem nenhuma providência do Estado para dar início à sua demarcação. Para mais detalhes ver: CIMI. **Terras indígenas**. Disponível em: <https://cimi.org.br/terras-indigenas/> Acesso em: 30 dez. 2019.

¹⁵ Trecho de entrevista concedida pelo indígena Everson Araújo da Silva, a Cícero Pereira dos Santos em 16 de dezembro de 2019.

Assim, a necessidade sobre a posse do território é latente entre os indígenas, mas se encontra paralisada nas instâncias governamentais responsáveis por tais processos judiciais¹⁶, impedindo, entre os Jiripankó, o usufruto de seus direitos sobre o espaço que lhes é tradicional.

Um cenário marcado por tantos desafios, demanda desses indígenas articulações em âmbitos variados, desde o campo tradicional ao político. Mas, como incluir as novas gerações do grupo, que demonstram interesse em atuar em favor da busca pelos seus direitos, em tal cenário de disputas e politizações? A escola surge como resposta a esta questão. Educar apresenta-se como o percurso a ser seguido rumo ao “manter do ciclo” entre os Jiripankó¹⁷.

A educação é aplicada na Escola Estadual Indígena José Carapina, em caminho contrário às concepções baseadas nos ideais de imposição ou doutrinação, tendo em vista que segue os registros da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), na qual fica determinado como o ensino escolar deve ser ofertado pela União a essas comunidades tradicionais. Segundo o artigo 78, parágrafo 1º, da referida LDBEN, é dever dos sistemas de educação escolar aplicada entre os indígenas “proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências” (BRASIL, 2015, p. 42).

Os ancestrais Jiripankó, devido ao contato com a sociedade envolvente, não mantiveram a sua língua nativa, assim, conseqüentemente, os indígenas estudados não possuem um idioma próprio a ser lecionado ou disseminado através da educação escolar. Contudo, as suas tradições e, especificamente, o ambiente vivenciado nas comunidades compõem a gama de saberes a serem ensinados no pacote de educação intercultural o qual é direito dos indígenas (FERREIRA, 2015).

Temos, deste modo, um inventário legislativo, principalmente em relação à educação escolar, marcado por diversos direitos registrados em atos normativos, acordos internacionais e leis que regulam as relações dos povos indígenas com o Estado brasileiro (SILVA, 2008). No entanto, diversas dessas legislações que deveriam acatar as demandas dos indígenas se encontram, na sua aplicação real, em desacordo com seus textos base, cabendo aos grupos se articularem e “correrem atrás” do que lhes foi negado a tanto tempo e é demandado na sua contemporaneidade. (MERCOLI, 2019)

¹⁶ Após a homologação e demarcação ocorrida em 1992, os Jiripankó não tornaram a possuir mais áreas registradas oficialmente enquanto TI.

¹⁷ Destinamos o capítulo seguinte deste trabalho para a devida discussão relacionada à concepção de “ciclo” no caso Jiripankó.

Apesar das mobilizações e articulações dos Jiripankó, a educação escolar, semelhantemente ao território, encontra-se destinada a um contexto no qual ainda não alcançou seu ideal, destacaremos essas particularidades referentes às demandas da educação no capítulo seguinte deste trabalho, no entanto salientamos a necessidade de aplicação do ensino intercultural e o modo como, no caso da escola Jiripankó, essa particularidade vem sendo amplamente nutrida através de incentivos por parte dos professores e atuações dos alunos.

Nesta perspectiva, o artigo 205 da Constituição Federal destaca que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 2016, p. 123) Destarte, a legislação corrobora com a afirmação citada anteriormente, referente à presença obrigatória da educação escolar entre os jovens e o seu vínculo com a sociedade beneficiada por essa.

Assim, a situação adquire caráter de obrigatoriedade, quanto à presença dos jovens no ambiente da sala de aula, tendo em vista o artigo 208 da Constituição, parágrafo 1º, que determina a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2016, p. 126), a educação assumiu entre os Jiripankó um caráter especialmente formativo e possibilitador de “um melhor futuro” frente ao difícil cenário marcado pela falta de renda e migrações sazonais rumo a busca de empregos.

A presença das crianças e jovens na escola surge enquanto um alento às famílias da comunidade, de modo que as funções sociais da Escola Estadual Indígena José Carapina são baseadas em um pilar intercultural e adaptado a realidade daquele povo, tendo em vista que

O processo de afirmação dos povos indígenas junto ao direito a uma educação diferenciada consagrou que a educação a ser oferecida aos povos indígenas não pode ser a mesma oferecida pelo Estado; deve-se respeitar a condição da diferença cultural e as condições de igualdade ao acesso do serviço. A educação diferenciada deve ser intercultural tendo como foco o protagonismo indígena, assentada nos princípios da autonomia (SANTOS; LUCINI, 2017, p. 199)

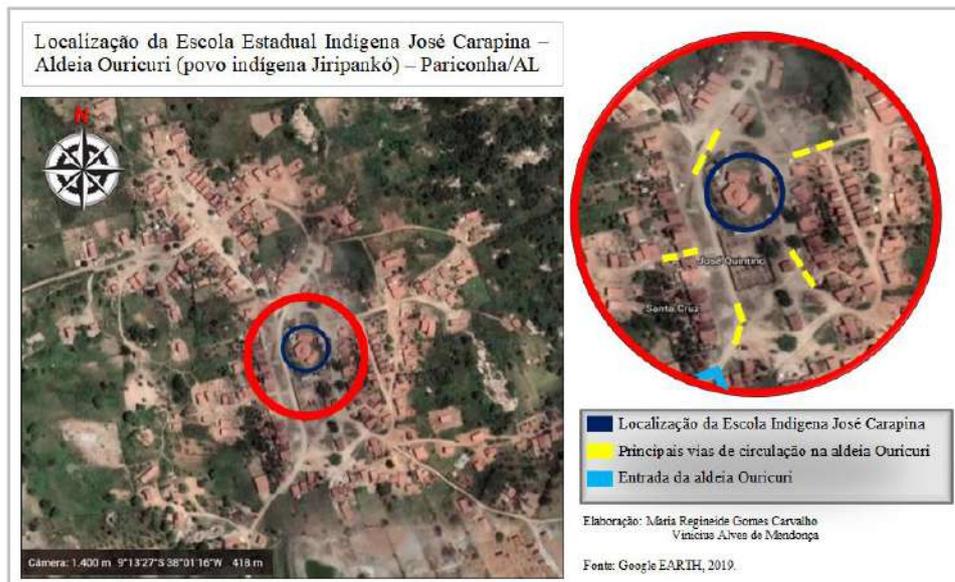
Assim, considerar o protagonismo Jiripankó configura-se como uma atividade associada à existência da educação ofertada pela escola indígena. Pensar o protagonismo histórico e o acesso à direitos, como o território tradicional, é uma atitude associada à educação escolar. Desse modo, compreendemos que a educação escolar e a questão territorial se encontram particularmente atreladas entre tais indígenas, sendo, ambas as instâncias citadas, peças da mesma estrutura identitária que norteia as bases da vivência e reivindicações Jiripankó.

Dessa maneira, a educação escolar praticada e vivenciada pelos índios Jiripankó possui uma função social de suma importância para o grupo étnico e seus modos de vida. Pois a educação experienciada na Escola Estadual Indígena Jiripankó se encontra plenamente vinculada com o contexto social e práticas culturais dessa população indígena. As práticas pedagógicas estabelecidas entre docentes e discentes nessa instituição de ensino se constituem numa das várias dinâmicas educacionais vivenciadas pelos próprios índios, responsável por socializar os sujeitos para que levem em consideração o território e as demandas políticas da população, nutrindo assim, um sentimento de pertencimento com a comunidade.

3 CAMINHOS PARA O FUTURO: AS FUNÇÕES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA

Os alunos que compõem o corpo discente da Escola Estadual Indígena José Carapina são oriundos das áreas indígenas que compõem e circundam a aldeia Ouricuri onde a instituição está localizada, estando construída de forma privilegiada, no centro do local citado com as principais vias de circulação convergindo em sua direção. Caminhar em direção à casa de um parente ou simplesmente transitar pela comunidade significa ir de encontro com o prédio escolar, se fazendo assim, presente no cotidiano dos indígenas, não apenas dos alunos que frequentam as aulas diariamente. Vejamos a imagem de satélite apresentada a seguir.

Ilustração 03 – Localização da Escola Estadual Indígena José Carapina



Fonte: Google EARTH, 2019

Concentrando grande parte da população Jiripankó, a aldeia Ouricuri é a maior comunidade habitada por esses indígenas, tendo em vista o número de residências que se organizam formando pequenas ruas, como podemos notar na ilustração acima, estando à escola no centro de convergência dessas vias marcadas pelo solo arenoso, com exceção da rua central que possui calçamento constituído por paralelepípedos de pedra. A disposição do prédio escolar no território Jiripankó atua enquanto um atenuante da sua importância para aquela população nos diversos aspectos da sua vivência.

A escola teve sua construção iniciada em meados do ano 2000 e finalizada em 2002, sendo o recurso financeiro que possibilitou a sua construção oriundo das articulações dos

indígenas e do fundo internacional advindo de um grupo de holandeses¹⁸. Após a construção, a educação escolar Jiripankó passou a englobar o ensino médio e a alcançar um maior número de alunos, atendendo a demanda do grupo.

3.1 A realidade Jiripankó: Escola Estadual Indígena José Carapina

Em 1992, foi registrada a existência de um “grupo escolar” vinculado a FUNAI atuando entre os Jiripankó; era constituído por três professoras indígenas, sendo duas Jiripankó e uma da etnia Tuxá¹⁹, apenas a última recebendo salário (BRITO, 1992, p. 42)²⁰. Esse pequeno núcleo educativo disponibilizava o ensino do pré-escolar (4º série – atualmente 5º ano do ensino fundamental). As duas docentes não assalariadas, segundo afirmações do Cacique tradicional Genésio Miranda, desenvolviam trabalho voluntário a fim de manter a educação dos jovens indígenas e atender a demanda da população²¹.

No início do século XXI, como descrevemos, a construção do atual prédio da Escola Estadual Indígena José Carapina potencializou o ensino escolar entre os Jiripankó (FERREIRA, 2009). Desde então, essa não recebeu reformas expressivas, mas é mantida com zelo pelo grupo, sendo a luta pela educação uma das consequências oriundas da organização dos indígenas a fim de buscar a efetivação de seus direitos.

Ainda no passado, durante o período da história Jiripankó entre as décadas de 1980 e 1990, os jovens tinham que se deslocar para os municípios de Pariconha ou Água Branca com o objetivo de estudarem, pois as aldeias não possuíam prédio escolar, nem mesmo na comunidade Ouricuri que já concentrava um grande número de moradores conhecidos pelos não indígenas através da denominação “caboclos”. (PEIXOTO, 2018)

A condição de silenciamento era disseminada no ambiente escolar dos municípios, morar no “Ouricuri dos Caboclos”, como era conhecida a comunidade, significava ser motivo de chacotas e/ou preconceitos. Assim, os jovens ocultavam suas origens a fim de não sofrerem tais processos de discriminação.

¹⁸ Não encontramos registros documentais sobre esses holandeses, contudo tal afirmação sobre a origem dos recursos para a construção da escola é recorrente nos depoimentos orais dos indígenas. Segundo alguns membros do grupo, o Cacique tradicional Genésio Miranda e o Pajé Elias Bernardo articularam a parceria internacional.

¹⁹ A etnia indígena Tuxá é habitante nos limites dos municípios de Ibotirama e Rodelas, região do submédio do rio São Francisco, estado da Bahia. A indígena Tuxá incumbida de lecionar entre os Jiripankó foi contratada pela FUNAI, passando a residir entre os indígenas de Alagoas.

²⁰ Informação presente no Laudo Antropológico de demarcação do território Jiripankó.

²¹ Afirmação oriunda de conversas gravadas no formato mp3, com o Cacique tradicional Genésio Miranda ao pesquisador Lucas Emanuel Soares Gueiros.

Definir a função social da Escola Indígena José Carapina em meio a realidade Jiripankó implica compreender esse passado marcado por dificuldades, pois essa instituição, após a sua construção, possibilitou melhores condições de educação escolar frente as existentes fora da aldeia. Essa escola passou a ofertar uma maior oportunidade de inclusão social e socialização (BOLORINO, 2012) entre os indígenas. A identidade Jiripankó que fora marginalizada em outros contextos de ensino escolar, começou a ser, em caminho contrário, posicionada no centro das ações e objetivos educacionais na escola construída.

O ambiente escolar deixou de marginalizar a identidade dos indígenas, passando a inclui-la na educação ofertada, abrindo portas para uma melhor formação socioeducativa entre a comunidade, pois o objetivo da escola é baseado no propósito de formar o aluno para a vida em sociedade. (LUCKESI, 1994) A convivência social é o resultado do caminho que a educação escolar deve apresentar ao aluno, o incluindo nesta, socializando os conhecimentos científicos e potencializando seus saberes cotidianos.

Potencializar os saberes cotidianos dos jovens do grupo implica a compressão de que “as escolas, primárias, médias e universitárias, que não existem no ar, mas no tempo e no espaço, não podem escapar às influências das condições objetivas estruturais.” (FREIRE, 1987, p. 87) Assim, o fazer educativo não pode “fugir” do cotidiano Jiripankó, visto que está nele incluso, devendo atuar enquanto uma extensão das relações sociais e culturais. O ambiente sociocultural dos indígenas não se encontra alheio à sala de aula, esse a influência e é por ela influenciado, visto que a própria disposição da estrutura do prédio escolar corresponde a tal afirmação, não estando “ilhado” em meio à sociedade Jiripankó.

Ilustração 04 – fachada da Escola Estadual Indígena José Carapina



Fonte: Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, 2019.

Ilustração 05 – fundos da Escola Estadual Indígena José Carapina



Fonte: Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, 2019.

As ilustrações 04 e 05 retratam a escola Jiripankó enquanto foco do registro, sendo evidente a falta de muros no entorno da área escolar, existindo apenas uma pequena estrutura de concreto a circundando e sustentando uma cerca. A falta de muros que isolem o cotidiano escolar desenvolve uma socialização do que ocorre com a comunidade; os alunos veem o mundo que os cerca e são vistos pelas pessoas da comunidade, agregando a escola um caráter cotidiano e “não estranho”.

Essa condição cotidiana contribui no desnaturalizar da instituição enquanto contexto cansativo ou passível de inflexão no que se refere a compreensão dos alunos. A figura da escola caracterizada, como pensou Foucault, enquanto um aparelho reprodutor e controlador das experiências humanas durante a existência dos sujeitos (FOUCAULT, 1987) é notadamente amenizada, se tornando no caso Jiripankó, um ambiente sensível a sociedade que a cerca, assumindo, segundo o que pensou Freire, um caráter “humanizado”. (FREIRE, 1987)

A falta de maiores recursos financeiros assola a realidade escolar dos Jiripankó, não diferentemente da maioria das escolas indígenas e não-indígenas, sendo impossibilitada uma ampliação da quantidade de alunos, para além dos cerca de 300 que se encontram matriculados, em função dessa falta de subsídios e investimentos por parte do Estado. No entanto, o pouco que é disponibilizado ao grupo aparenta ser expressivamente zelado, estando à estrutura do prédio escolar conservada, conforme podemos observar na ilustração seguinte, que apresenta a área/corredor central da escola.

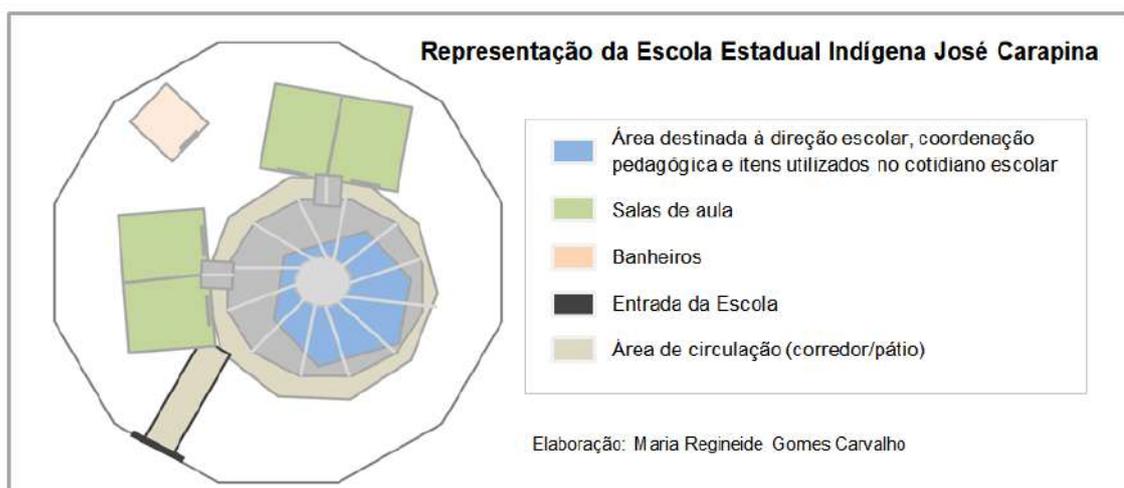
Ilustração 06 – corredor principal da Escola Estadual Indígena José Carapina



Fonte: Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, 2019.

Não sendo um lugar com falta de circulação de ar, a escola Jiripankó é permeada pelas correntes de vento que se multiplicam ao cair da noite no alto sertão. No local existem apenas 04 salas de aula, um ambiente destinado à diretoria e coordenação pedagógica, um local destinado a guardar a merenda escolar e três banheiros que funcionam com dificuldades devido à falta d'água. (FERREIRA, 2009) Apesar do contexto positivo para uma educação diferenciada, considerando o ambiente que cerca a escola, a falta de uma biblioteca escolar, mais salas de aula, reformas e outros ambientes comuns à prática educativa limitam algumas das atividades e objetivos almejados pelo corpo escolar.

Ilustração 07 – Representação da Escola Estadual Indígena José Carapina



Apesar da pouca disposição de espaço, o grupo se organiza de modo a desenvolver uma educação baseada nos princípios legislativos apresentados no capítulo 01 desta produção. Assim, as salas de aula contam com ar condicionado e/ou ventiladores, um quadro de vidro para uso de marcador para quadro branco e carteiras de fibra e madeira, sendo esse o ambiente onde os indígenas exercem seus direitos a educação intercultural e diferenciada. Os outros espaços que comumente compõem a estrutura de uma escola tradicional são organizados na realidade Jiripankó de modo a aproveitar ao máximo o pouco espaço disponível.

Após o entendimento sobre as particularidades do local onde ocorre a prática educativa, o interesse de quem se depara com a realidade Jiripankó, sobre o ensino ofertado, é sensivelmente aguçado, tendo em vista o desempenho da escola estudada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que apresentamos na ilustração a seguir.

Ilustração 08 – IDEB Escola Estadual Indígena José Carapina

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Escola Estadual Indígena José Carapina (2005-2017)

Anos iniciais do ensino fundamental			Anos finais do ensino fundamental			Ensino médio		
Ano	Meta	Valor	Ano	Meta	Valor	Ano	Meta	Valor
2005			2005			2017		2,9
2007			2007					
2009		2,7	2009					
2011	3,0	***	2011		2,6			
2013	3,2	3,2	2013	2,8	2,4			
2015	3,5	4,1	2015	3,0	***			
2017	3,8	4,9	2017	3,3	3,8			

Elaboração: Maria Regineide Gomes Carvalho
Fonte: INEP, 2020.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

Os números expressam as tentativas de melhora da educação por parte da comunidade escolar. Desde 2009 quando ocorreu a primeira participação no índice até o ano de 2017 o que se tem é um campo positivo frente às dificuldades encontradas, existindo resultados exponenciais como o IDEB dos anos iniciais da educação básica – um dos melhores do estado de Alagoas. Para obter tal resultado a comunidade e a direção escolar organizam as aulas e

atividades segundo a disponibilidade física da escola, dos alunos e dos demais membros do grupo, essa funcionando aos três turnos diariamente²².

Para além dos dados e estatísticas, destacamos ainda o expoente do processo educativo Jiripankó, que se apresenta no modo, compactuando com o que defendeu Reis, ocorre a valorização dos processos sociais, trajetórias e experiências desses indígenas (2015), tratando-se de educar “para o futuro” tendo por base a vivência tradicional Jiripankó. Assim, os alunos participam da escola enquanto contribuintes nesse processo e receptáculos dos saberes diferenciados que a escola indígena dissemina.

3.2 Lutas, histórias e identidades: o que pensam os alunos?

A escola deve constituir-se enquanto um contexto plural, estando, como descrito, profundamente vinculada ao ambiente sociocultural onde está inserida. Portanto, atua enquanto uma extensão da sociedade na relação de diálogo entre os saberes científicos e os conhecimentos que compõem o cotidiano da comunidade beneficiada com seu fazer educativo. Não diferentemente, no caso Jiripankó, a Escola Estadual Indígena José Carapina realiza em suas dependências tal exercício de diálogo entre saberes e se configura enquanto uma extensão da sociedade indígena na qual atua.

Anteriormente, foi apresentada a importância do território para os Jiripankó e como a escola atua potencializado esse valor e a busca pelos direitos. Descrevemos também o ambiente escolar, suas particularidades e realidades, assim como apontamos os direitos constitucionais sobre as reivindicações educacionais e territoriais do grupo; agora, investigaremos o universo que cerca a escola Jiripankó e os diversos momentos nos quais esse, é influenciado por essa instituição e a influência em uma relação mútua.

Para esse objetivo, utilizamos documentos etnográficos presentes no acervo do Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas (GPHIAL)²⁴, coletados entre os Jiripankó durante pesquisas realizadas por partícipes do grupo.

²² A Escola Estadual Indígena José Carapina funciona diariamente de segunda a sexta ofertando aulas do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, além da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

²⁴ O GPHIAL é um grupo de pesquisas vinculado a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III, município de Palmeira dos Índios/AL. Atualmente, reúne um acervo documental, localizado no referido campus da UNEAL, sobre grande parte dos povos indígenas de Alagoas, sendo constituído por documentos oriundos das pesquisas e coleções de nomes como Luiz Barros Torres, Luiz Byron Torres, Clovis Antunes Carneiro de Albuquerque e também pelos membros do grupo durante suas pesquisas acadêmicas, assim como parte do acervo do Antropologia Visual em Alagoas (AVAL), vinculado a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), se encontra sob salvaguarda do GPHIAL.

Trabalhamos especificamente com uma série de desenhos realizados pelos alunos da Escola Estadual Indígena José Carapina²⁵ que compõem uma das coleções do GPHIAL. Para a produção dos desenhos, os discentes participaram de uma atividade coordenada por pesquisadores do GPHIAL na qual produziram desenhos e produções textuais sobre coisas e momentos que consideravam importantes nas suas vidas e na comunidade indígena a que pertencem.

A atividade lúdica possibilitou a coleta de informações e concepções dos jovens indígenas sobre o mundo que os cerca. Cada desenho da coleção representa um ponto de vista sobre os universos social e cultural Jiripankó. Traços da cultura, território e identidade compõem as expressões dos alunos. Dentre essas apresentamos a ilustração a seguir.

Ilustração 09 – Praiá desenhado por aluno Jiripankó



Fonte: Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, 2019.

²⁵ Os desenhos etnográficos produzidos pelos alunos Jiripankó foram coletados pelos pesquisadores Vinícius Alves de Mendonça e Yuri Franklin dos Santos Rodrigues, ambos vinculados ao GPHIAL, no ano de 2019, durante suas pesquisas de graduação em História pela UNEAL. A coleção é constituída por 65 desenhos e produções textuais produzidos/as pelos alunos do ensino fundamental (2º ano e 6º ano) da Escola Estadual Indígena José Carapina, esses que aceitaram participar da atividade coordenada pelos pesquisadores com a proposta de que desenhassem algo que considerassem importante nas suas vidas e na comunidade indígena a que pertencem. Assim, os desenhos e produções textuais se constituem enquanto importantes representações voluntárias de concepções, ideais e narrativas, tendo em vista que os alunos foram deixados à mercê de sua criatividade para produzirem seus desenhos e textos ou não os produzirem caso desejassem.

Na ilustração 09 apresentamos o desenho de um Praiá que foi realizado por um discente do 6º ano da escola Jiripankó. Os Praiás são indígenas que se vestem com roupas feitas de fibra de caroá²⁶ e ocupam papel central na religião dos Jiripankó e de outros que pertencem ao tronco Pankararu. (GUEIROS, 2017) Contudo, o contexto onde o desenho foi produzido não é um local ritual do grupo, mas o ambiente da sala de aula que não é normalmente frequentado pelos Praiás. Logo, a escolha desse desenho pelo jovem implica o fato que esse personagem faz parte do seu cotidiano, sendo dotado de importância e/ou valor.

Grande parte das reivindicações e justificativas sobre o território habitado pelos indígenas são permeadas por tais símbolos da religião. A tradição Jiripankó se mostrou uma das principais bases de unidade do grupo, decisões políticas que configuram as lutas pelos direitos passam por esse universo, produzindo na comunidade um sentimento de força para enfrentar as dificuldades. A seguir apresentamos o registro de um dos momentos rituais do grupo.

Ilustração 10 – Praiás Jiripankó durante ritual



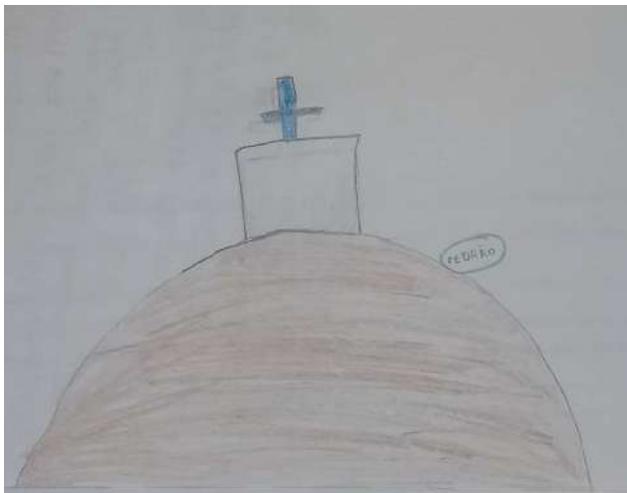
Fonte: Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, 2019.

²⁶ Espécie de arbusto nativo da região Nordeste. É utilizado pelos Jiripankó como matéria prima na realização das vestes dos Praiás.

Os Praiás remetem a história do grupo por serem representantes dos indígenas que não passaram pela experiência da morte, vivenciando um misterioso processo de encantamento, passando a compor o universo religioso Jiripankó através da denominação de Encantados. (PEIXOTO, 2018) São cultuados desde os ancestrais Pankararu que formaram os indígenas estudados, sendo uma das fronteiras que mantem a identidade Jiripankó e os diferencia dos não indígenas.

Tradicionalmente realizam aparições públicas nos Terreiros²⁷ das comunidades durante os diversos rituais que compõem a cultura Jiripankó²⁸. Dentre os desenhos dos alunos diversos Praiás se fizeram presentes, assim como as serras que marcam presença no entorno das comunidades, os cruzeiros e outros diversos símbolos da religião e território Jiripankó.

Ilustração 11 – Cruzeiro



Fonte: Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, 2019.

Ilustração 12 – Montanhas e Praiás



Fonte: Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, 2019.

Na ilustração 11 o discente realizou o desenho do “Pedrão” que é uma grande rocha que se encontra na comunidade Ouricuri, estando localizado na sua base um dos mais importantes Terreiros Jiripankó, segundo Peixoto,

[...] está entre os principais terreiros, situa-se um pouco abaixo do Terreiro da Laranjeira, tendo ao seu Norte uma gigantesca Pedra que abriga um cruzeiro

²⁷ Espaços tradicionais onde os Jiripankó realizam seus eventos religiosos. O ambiente dos Terreiros são marcados pela ausência de construções, solos arenosos e por serem localizados a céu aberto. É o local onde os Praiás realizam aparições durante os rituais.

²⁸ Uma variedade de rituais fazem parte da cultura Jiripankó, dentre esses destacamos o ritual do Menino do Rancho, a Queima do Cansação, a flechada do Umbu, a Puxada do Cipó e outros eventos. Ver: Peixoto (2019) e Mendonça (2019).

fincado no início do levantamento da aldeia e ao Sul a aldeia Ouricuri que recebe sua proteção. Este espaço sagrado da tradição abriga a Festa da Queima do Cansação, evento que abre o calendário religioso dos Jiripankó. Enquanto espaço religioso, é cuidado pelo Pajé Elias. (PEIXOTO, 2019, p. 86)

O cruzeiro fincado foi um dos marcos da formação da etnia e é frequentemente lembrado pelos anciãos e pelos jovens Jiripankó, esse sendo representado em um dos desenhos. A ilustração 12 faz também referência ao cruzeiro citado e a cadeia de montanhas que cerca a comunidade Ouricuri, destacando a presença dos dois Praiás desenhados.

A escolha por esses desenhos em particular demonstra o pleno conhecimento dos mais jovens sobre os marcos, símbolos e memórias que existem junto ao território Jiripankó. Assim, mesmo na escola, que não faz parte desses símbolos tradicionais, a tradição é lembrada e disseminada pelos próprios alunos, assim como potencializada pelos professores. Além dos desenhos, as narrativas dos discentes expressam mais exemplos da compreensão de conceitos complexos como identidade e território. Apresentamos a seguir o trecho da dissertação de um dos alunos.

“O Pedrão é muito importante para nós da aldeia, a minha vó fuma. O Pedrão é um patrimônio que ele é muito antigo, o Maracá serve para quem canta Toré no Terreiro, o cachimbo serve para quem fuma como os Praiás, os rezadores que fuma e etc²⁹.” Referências ao Pedrão, sua importância, aos mais idosos e itens tradicionais como o Maracá e o Cachimbo se fazem presentes na escrita do jovem. Destacamos a concepção de patrimônio assinalada pelo aluno, o Pedrão é tido como patrimônio e símbolo da identidade, memória e território. Outro discente descreve ainda que

O Praiá é uma coisa muito importante para mim porque é uma cultura indígena que a gente tem na comunidade. O Maracá é uma coisa que é aquilo de tem na mão para balança na hora do Toré e na das obrigações que nós temos na comunidade. O Arco-flexa é aquilo que eles tem quando é as corridas do Umbú e do Cipó e também arte indígena que nós temos na comunidade indígena. O Praiá também é uma arte indígena que temos na nossa tradição cultural³⁰.

O trecho acima, demonstra o conhecimento do aluno sobre a cultura dos indígenas. Destacamos que as crianças não possuem um papel ritual semelhantemente aos adultos do grupo³¹, mas o discente da Escola Estadual Indígena José Carapina apresenta profundidade

²⁹ Trecho de redação produzida por aluno da escola Jiripankó, retirada da coleção do GPHIAL.

³⁰ Trecho de redação produzida por aluno da escola Jiripankó, retirada da coleção do GPHIAL.

³¹ Durante os rituais, os jovens podem participar e exercer algumas funções, a fim de adquirirem experiência e serem inclusos nesse universo, contudo os papéis de maior importância são protagonizados

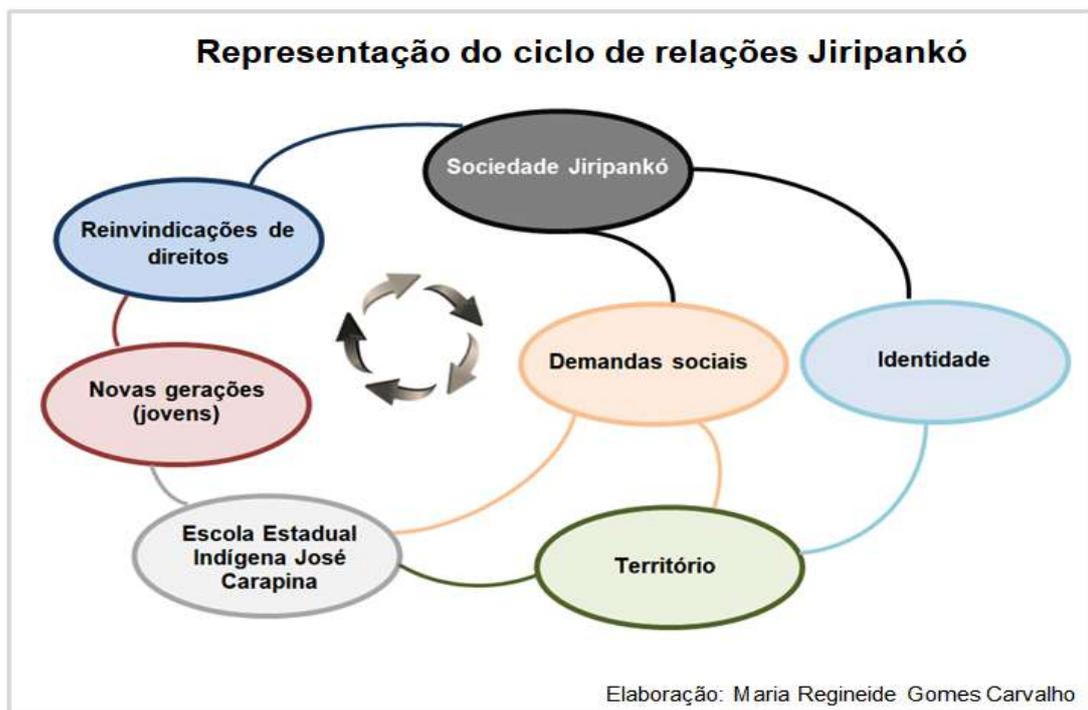
sobre a cultura que cerca a escola, pois sua escrita na primeira pessoa do plural viabiliza a sua inclusão na narrativa.

As colocações “nós” e “nossa” empregadas pelo aluno ao se referir ao grupo e a tradição possibilitam a defesa do seu lugar social na sala de aula, diferentemente do passado que impossibilitava tal defesa. A escola Jiripankó, ao abrir tal possibilidade de expressão ao jovem, contribui no disseminar da cultura e da identidade dos indígenas.

3.3 O território e a educação escolar: um ciclo

A educação escolar realizada pela Escola Estadual Indígena José Carapina e o território Jiripankó se encontram atreladas à realidade desses indígenas. Bolorino em suas análises sobre as relações entre as práticas educativas e a formação social dos sujeitos apresenta uma concepção teórica baseada em ciclos (BOLORINO, 2012), onde as primeiras se encontram vinculadas a segunda. Adaptando a realidade Jiripankó, nos deparamos com um ciclo de relações entre instâncias existentes na sociedade dos indígenas, essas que apresetamos na representação a seguir.

Ilustração 13 – ciclo de relações Jiripankó



pelos adultos mais experientes na tradição, devido a maior responsabilidade sobre essas atividades, ver: Mendonça e Rodrigues (2019).

A sociedade Jiripankó se encontra ancorada em demandas sociais particulares e na própria identidade dos indivíduos, visto que essa, mantém o grupo unido. Por sua vez, a identidade existe com base no território tradicional que simboliza a formação Jiripankó enquanto alvo das demandas sociais do grupo, seja para o plantio ou para habitação. A Escola Estadual Indígena José Carapina recebe tais demandas sociais e identitárias, visto que não está, como apresentamos, isolada da realidade Jiripankó, e as dissemina entre as novas gerações, cumprindo o seu papel social.

O resultado da disseminação é, por exemplo, as concepções dos alunos presentes nos desenhos apresentados, mas o principal resultado se encontra na reivindicação de direitos e inclusão nas lutas desencadeadas por eles, isso ocorre com base na formação diferenciada e constitucional que a escola oferece as novas gerações.

O que temos com a rede de relações e conexões é a formação de um ciclo baseado em instâncias e mediado, principalmente pela escola Jiripankó. O elo entre território e educação escolar estão atrelados à organização da sociedade Jiripankó, sem ambos o pilar identitário dos indígenas perde grande parte da sua estrutura que o mantém firme ao longo das décadas que se seguem no século XXI. Portanto, analisaremos a seguir o manter desse ciclo e essas bases/instâncias necessárias para tal, assim como alguns dos expoentes vividos desse processo.

4 A (SOBRE)VIVÊNCIA JIRIPANKÓ E SUAS ARTICULAÇÕES: BASES NECESSÁRIAS PARA A CONTINUIDADE DO CICLO

Pensar uma relação contínua e interdependente entre o território e a educação escolar indígena nos proporciona a compreensão dos mediadores desse ciclo, uma vez que, como foi apresentado anteriormente, a questão nasce no território e é perpassada pelas identidades socioculturais dos indígenas, suas demandas e pela própria Escola Estadual José Carapina.

A manutenção desse ciclo de relações é marcada por tais bases tão necessárias e presentes no cotidiano Jiripankó. Nesse sentido, entendemos o indivíduo enquanto um ator social, detentor das possibilidades de ação sobre esse circuito de relações, de modo que o jovem Jiripankó é formado no contato com a educação escolar diferenciada e tende, assim, a defender o seu lugar social naquele território, tendo em vista a sua origem e formação.

O aluno da escola atua questionando a formação histórica do seu lugar social na medida em que, após o contato com a educação escolar, compreende o que lhe foi imposto na organização do conceito de interculturalidade apresentado por Silva, pois atua questionando, após o contato com a educação escolar, o universo social e histórico que lhe foi imposto, baseado em relações de poder (SILVA, 2016). Poder esse emanado das discriminações e falta de demarcação territorial, visto que a luta dos indígenas é uma resposta a esse cenário, compactuando com Silva, que foi historicamente imposto sobre os Jiripankó. Assim, entenderemos os discursos, conquistas e parcerias que o grupo vem firmando desde o seu reconhecimento oficial no intento de legitimar tais interesses e direitos.

4.1 Discursos e narrativas de quem luta

Durante o processo de análise documental revelou-se diversos discursos e concepções sobre temas relacionados à educação, saúde e território, contudo as narrativas tenderam a elucidar principalmente pontos particulares existentes na vivência dos indígenas; as lutas pelo território e direitos se fizeram presentes diversas vezes, de modo que organizamos essas neste trabalho no intuito de apresentar algumas das perspectivas do grupo.

Na sociedade Jiripankó, a organização político-social se dá na forma de conselhos compostos por membros do grupo. Essas organizações denominadas segundo seu enfoque³²

³² Existem diversos conselhos na sociedade Jiripankó, por exemplo, existem: conselho de educação, conselho de saúde, conselho tradicional entre outros.

denotam as ações e questões que envolvem a vivência dos indígenas. O conselho de educação é um exemplo de organização do grupo, sendo constituído por membros de diversas idades. Dentre esses, Cícero Pereira dos Santos; a seguir expomos uma das narrativas sobre suas experiências de luta envolvendo a educação escolar e atuação enquanto conselheiro indígena.

Conseguiu a escola, mas existia a rejeição de trabalhar na aldeia e ai continuou mandando para o município... sofremos muito, sofremos muito [...] a gente não tinha professor, a maioria dos nossos professores só tinha o terceiro ano do magistério... no fundamental a gente botou o pé na parede pra ter o nono ano, o nono ano na comunidade.³³

Cícero Pereira dos Santos foi um dos Jiripankó que vivenciou o período, descrito anteriormente, marcado pelas discriminações; atualmente, é professor da Escola Estadual Indígena José Carapina, sendo responsável pela disciplina História. Em sua narrativa, Cícero descreve o modo como, mesmo após a conquista da escola, os indígenas ainda passaram por dificuldades em relação à educação escolar. Poucos professores apresentavam interesse em atuar na rede de ensino ofertada na escola Jiripankó, limitando, a ampliação da qualidade da educação.

No entanto, a narrativa descreve também a forma como o grupo se articulou frente às dificuldades existentes, ofertando a educação escolar magistrada por professores apenas formados no magistério vinculado ao ensino médio³⁴. Outra colocação do entrevistado se refere à instituição do nono ano do ensino fundamental na comunidade, essa teria ocorrido devido as reivindicações e articulações dos indígenas.

Compactuando com as descrições de Mendonça e Rodrigues referentes à disseminação da identidade entre as novas gerações por meio de estratégias e articulações (MENDONÇA; RODRIGUES, 2019), Cícero complementa sua narrativa descrevendo que “O que é a gente vê é os nossos alunos responsáveis pela luta, responsáveis pela saúde, indo participar das coisas, tomando responsabilidade no Terreiro isso é uma parte da conscientização que a educação trouxe...”³⁵

Assim, é reforçada a função social da escola enquanto um ambiente mediador e disseminador da identidade e vínculo com o território tradicional, pois, como descrito pelo

³³ Entrevista concedida pelo indígena Cícero Pereira dos Santos ao pesquisador Lucas Emanuel Soares Gueiros no dia 11 de novembro de 2019.

³⁴ Formação docente associada ao ensino médio na qual o aluno é capacitado para lecionar nos anos iniciais da educação básica. Não se caracteriza enquanto uma licenciatura plena.

³⁵ Entrevista concedida pelo indígena Cícero Pereira dos Santos ao pesquisador Lucas Emanuel Soares Gueiros no dia 11 de novembro de 2019

entrevistado, os jovens adentram na luta indígena, muitas vezes, por meio da escola, suas salas de aula e educação escolar ofertada. Alguns dos próprios professores assumem uma multiplicidade de atuações no meio sociocultural da comunidade, são docentes, mestres da tradição³⁶, guerreiros de luta³⁷, membros dos conselhos, lideranças e entre outras.

Tal diversidade de atuações potencializa a aproximação entre diferentes instâncias da realidade Jiripankó. O Terreiro não se encontra distante da sala de aula que por sua vez não se afasta dos conselhos que se mantêm ligados ao cotidiano e cultura do grupo. O que se forma desse vínculo são novas gerações de indígenas que aderem ao contexto histórico e cotidiano que nasceram, por consequência permanecem ligados a sua origem enquanto tradicional.

Exemplo do ciclo no qual a Escola Estadual Indígena José Carapina atua enquanto mediadora é observável entre os jovens, dentre esses citamos Eversson de Araújo, que foi aluno da escola Jiripankó e atualmente é presidente do conselho de saúde da comunidade, tendo apenas 22 anos. Ele relata que: “Na educação é interessante também a temática da terra porque são as nossas lideranças que são passado pra gente, eu enquanto Jiripankó que estudei na Escola Estadual José Carapina, a importância que a terra tem pra os jovens que se formaram e estão na luta também em relação a política da terra.” (ARAÚJO, 2019)³⁸

O vínculo entre os mais antigos é descrito como determinante, estar naquele meio social é um modo de se constituírem enquanto pessoas e, acima disso, pertencentes a etnia Jiripankó. 03 gerações permeiam o Sr. Genésio Miranda citado anteriormente deste trabalho, Cícero Pereira e Eversson de Araújo, contudo entre ambos é compartilhado o sentimento de pertença àquele lugar, um costume geracional que constitui suas identidades. (PEIXOTO, 2018) A síntese da discussão que visamos apresentar se encontra na perspectiva de que

A escola, junto com as lideranças, eu acho que o mais reforçado sejam as lideranças, aqueles que estão realmente na causa indígena. A escola pode contribuir no ponto de que somos formados em uma escola indígena e que futuramente eu, enquanto indígena formador da minha identidade, vou lutar pelo meu território através da linguagem social conhecendo as leis que nos permitem a garantia do território.³⁹

³⁶ Denominação genérica referente aos indígenas que desempenham algumas função de grande importância no ritual Jiripankó. Tais indivíduos, geralmente, possuem mais de 30 anos e detêm amplo conhecimento sobre os mistérios que regem as tradições Jiripankó.

³⁷ Alguns dos indígenas que atuam nas lutas pelos direitos são denominados pelos seus pares enquanto “guerreiros” em alusão ao difícil cenário encontrado.

³⁸ Entrevista concedida pelo indígena Eversson de Araújo a Cícero Pereira dos Santos no dia 16 de dezembro de 2019

³⁹ Entrevista concedida pelo indígena Eversson de Araújo a Cícero Pereira dos Santos no dia 16 de dezembro de 2019

Os membros da comunidade demonstram a associação e determinância da escola na busca e conquista de direitos, principalmente a demarcação territorial, pois o espaço geográfico habitado pelos indígenas contribui, pois o espaço geográfico habitado pelos indígenas fortalece, “[...] o sentimento de pertencimento, [...] na cristalização de representações coletivas, dos símbolos que se encarnam em lugares e memórias.” (BRUNET, 1992, p. 436)

Lutar pelos direitos territoriais através da educação escolar é uma das formas de representação coletiva dos indígenas, visto que o próprio conceito de luta os une em prol de um interesse social baseado na legitimação dos seus direitos. União reforçada pela escola que dialoga com esse universo, pois os alunos mantêm e potencializam a defesa dos seus lugares sociais, conforme descrito no relato anterior, a partir das atividades da escola Jiripankó.

Anteriormente, foi descrito as expressões dos alunos, através de desenhos, do que consideravam importante para a comunidade e suas vivências, nesse momento, é apresentado o registro fotográfico de tais representações.

Ilustração 14 – Público durante ritual Jiripankó



Fonte: Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, 2019.

Faz-se destaque a presença, ao fundo da ilustração 14, de alguns dos alunos da escola Jiripankó durante a realização de um dos rituais tradicionais do grupo. Com certa atenção podemos notar o modo como o público, principalmente os jovens, aparenta uma sensível concentração sobre o compasso do evento, especificamente sobre os seu protagonista.

Tal exercício de análise sobre a imagem nos revela uma fração do que o registro capturou, essa que se faz presente também nas memórias e identidades dos alunos que observam o ritual, justificando suas representações quando questionados acerca do que lhes é importante. Assim, a importância de algo se dá com base na sua presença e, sobretudo, na sua utilidade, logo, a cultura Jiripankó se faz presente entre os jovens indígenas e demonstra sua funcionalidade na construção das identidades dos membros daquela sociedade. Sobre essa discussão, o Cacique Cícero Miranda da Silva descreve que:

O ritual nós tem que orbitar tudo isso pra não cair, pra poder nós ter de pé alguma coisa para nós correr atrás do território, da nossa terra... essa tradição nossa que é a famosa mestra, ela é a mola mestra pra nós poder adquirir esses terreno, essas terras que nós temos, se nós deixar cair essa tradição nossa ai acaba tudo porque a força é essa tradição que nós temos e as terras foi afim dessa manobra nossa que nós temos aqui que é dos nossos mais velhos.⁴⁰

Assim, uma das bases para busca do território se encontra na cultura e tradições do grupo, sendo o papel de, conforme o Sr. Cícero descreveu, “não deixar cair” exercido pelos membros da etnia e principalmente pela escola que se aproxima dessa realidade no intuito de contribuir nas necessidades particulares dos indígenas. Um ponto particular na narrativa do Cacique se encontra quando esse faz referência aos “mais velhos” que compõem as matrizes da continuidade da tradição. (PEIXOTO, 2018)

Conforme pensou Ferreira, os Jiripankó realizam uma educação escolar baseada na própria vida dos indígenas e, principalmente, no respeito aos mais idosos, os membros do grupo “Educam-se para dar continuidade à integração do homem na natureza [...] [constituindo] valores necessários à resistência e à sobrevivência indígena” (FERREIRA, 2009, p. 71), construindo, desse modo, uma melhor vivência no meio do grupo, essa se encontrando ancorada na importância dos mais idosos enquanto origens dos mais jovens/alunos da realidade Jiripankó.

4.2 Direitos conquistados

Os resultados dos processos de reivindicação sobre as demandas Jiripankó, são encontrados no cotidiano do grupo, existindo desde instituições como a escola até obras e articulações de diversas naturezas. Tais conquistas são baseadas nas articulações dos indígenas, de modo que, a demarcação territorial foi uma das principais.

⁴⁰ Entrevista concedida pelo Cacique Jiripankó Sr. Miranda da Silva ao pesquisador Vinicius Alves de Mendonça no dia 16 de dezembro de 2019.

Ilustração 15 – Localização da Terra Indígena Jiripankó



Fonte: Google, 2020.

O centro da área demarcada no ano de 1992 se encontra na comunidade Ouricuri e a partir dela se estende alcançando outras comunidades do povo Jiripankó, formando uma espécie de grande quadrilátero que corresponde a TI – ilustração 15. Contudo, como já afirmado, tal área não corresponde ao território originalmente habitado pelos indígenas e seus ancestrais, conforme corrobora o Cacique Cícero Miranda ao afirmar que

Não estamos nem um quarto da metade com o que foi adquirido e daí começamos a construir a escola, tem ai uma primeira escola que foi feita pelo município, daí que começou a escola que é a José Carapina, um de nossos tataravô, ai... nós chegamos na luta, o velho Genésio sempre lutando, nós acompanhando, adquirimo o posto, depois veio as cisternas⁴¹

Convivendo apenas com aproximadamente 1/4 do seu território, os indígenas seguem com suas vivências em meio a um cenário marcado por condições mínimas em relação a plena efetivação dos seus direitos. O Cacique entrevistado complementa sua narrativa sobre a demarcação de terras entre seu povo, descrevendo que

Quando foi comprada já não era suficiente e agora pior porque a população cresceu. É duzentos e poucos hectares, dá seiscentas e poucas tarefas, pra... pela quantidade que eu tenho conhecimento pra umas trezentas quase quatrocentas famílias só aqui dentro, só Ouricuri e cresceu muito, se for

⁴¹ Entrevista concedida pelo Cacique Jiripankó Sr. Cícero Miranda da Silva ao pesquisador Vinicius Alves de Mendonça no dia 16 de dezembro de 2019

registrar tudo dá essa quantia porque já tem muitos que são independente do pai e da mãe...⁴²

Junto a pouca terra adquirida através da demarcação, segundo o discurso apresentado, algumas conquistas se seguiram, essas sendo o “posto” e as “cisternas”. O posto ao qual o entrevistado faz referência é a unidade de saúde que se encontra na comunidade, atualmente, contando com atendimentos médicos básicos, sendo mantida pela Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI. As cisternas citadas correspondem a um auxílio adquirido junto a Cáritas⁴³ que proporciona ao grupo um melhor uso/benefício da água, tão escassa na região sertaneja.

Logo mais analisaremos tais parcerias com órgãos governamentais, instituições filantrópicas e, principalmente, com outras etnias indígenas da região Nordeste e restante do Brasil, por hora, salientamos o modo como, a estratégica posição da escola possibilita uma melhor efetivação de direitos tendo a liberdade e as demandas da sociedade enquanto valor central. (BOLORINO, 2012) Sobre isso: “Eu sempre participei e fui passando cada dia a cada dia pra os mais novos, porque hoje em dia eu já estou chegando nos 60, ai não tem como mais você estar de frente, você tem que apresentar as pessoas que vai tá de frente pra não cair...”⁴⁴

A transmissão de conhecimento entre as gerações significa incluir os jovens no meio politizado sobre o qual a realidade Jiripankó sobrevive. Assim, entendemos essa forma de resistência a partir da própria tradição de resistir, essa sendo marcada pela luta em prol da demarcação da terra entre diferentes gerações. (SILVA, 2013) Tendo por base que foi através do território que outros âmbitos da sociedade Jiripankó puderam ser construídos e conquistados.

Portanto, a luta pelo território surge da necessidade e, nesse contexto de demandas, os indivíduos que sobrevivem naquele espaço, elaboram estratégias para suprir o que se originou enquanto demanda sobre a terra. Em 1992, ocorreu a maior conquista Jiripankó, caracterizada pelo reconhecimento oficial, esse que foi sucedido pela demarcação e em seguida pela construção da escola.

A partir da implementação da educação escolar com uma maior qualidade no início do século XXI, o que constamos através dos relatos orais do grupo, e documentações, é uma maior disseminação do pertencimento entre aquela sociedade. Além dos jovens nascerem em suas

⁴² Entrevista concedida pelo Cacique Jiripankó Sr. Cícero Miranda da Silva ao pesquisador Vinicius Alves de Mendonça no dia 16 de dezembro de 2019

⁴³ Do Latim “caridade”, a Caritas é uma confederação de organizações humanitárias, vinculadas a Igreja Católica Romana, que realizam atuações entre grupos sociais ou indivíduos que se encontram em algum estado de necessidade, possuindo como lema a “construção de um mundo melhor”.

⁴⁴ Entrevista concedida pelo Cacique Jiripankó Sr. Cícero Miranda da Silva ao pesquisador Vinicius Alves de Mendonça no dia 16 de dezembro de 2019

famílias, associadas aos costumes Jiripankó, esses, logo na infância, passam também a serem incluídos em um currículo escolar que expressa à realidade da qual são originários, praticando, desse modo, o ciclo que descrito no capítulo II.

Nesse sentido, a escola Jiripankó, assim como a tradição do grupo, atua enquanto disseminadora da identidade mantendo as bases do “ser Jiripankó”. Ainda sobre os direitos conquistados, após a educação escolar, o grupo obteve os atendimentos de saúde, através da SESAI, que implementou um pequeno posto de saúde; existindo ainda um banco de sementes que auxilia na agricultura de subsistência realizada por algumas famílias, conforme descreveu o Cacique Jiripankó,

Conseguimos as cisternas de segunda água que é essas calçadão e depois que nós adquirimo essas coisas eu fiquei sempre lá participando, ele [Sr. Genésio Miranda] se afastou um pouco porque tinha outras atividades... tem pessoas pra tomar a frente também... foi ai que adquirimos esse Banco de Sementes que veio desse fim... desse fim não! Desse começo.⁴⁵

Em tempo que as cisternas foram construídas, ocorreram também as construções de casas por meio de programas governamentais⁴⁶, estando esses direitos incluídos no ambiente escolar em função da posição de diálogo que a instituição preconiza entre os indígenas. Essa posição plural e dialógica da Escola Estadual Indígena José Carapina é ainda, potencializada através de uma das mais recentes conquistas do grupo em parceria com a UNEAL, faz-se referência ao Curso de Licenciatura Intercultural Indígena – CLIND que foi precedido pela sua primeira versão denominada Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND.

Ambos os programas possuem o intuito de formar professores indígenas para atuarem nas suas comunidades. Os indígenas Jiripankó participaram de ambos os projetos e, atualmente cerca de 60% do corpo docente da Escola Estadual Indígena José Carapina é composto por profissionais oriundos do PROLIND, existindo ainda cerca de 60 indígenas em formação no CLIND, que teve início no ano de 2019, de modo que essas conquistas tanto na educação quanto em outras instâncias, foram possibilitadas através das parcerias que descrevermos a seguir.

⁴⁵ Entrevista concedida pelo Cacique Jiripankó Sr. Cícero Miranda da Silva ao pesquisador Vinicius Alves de Mendonça no dia 16 de dezembro de 2019

⁴⁶ Residências construídas principalmente através do Programa Minha Casa Minha Vida.

4.3 Articulações e parcerias: parentes, organizações e Universidades

As articulações e parcerias fazem parte da vivência do grupo desde o reconhecimento frente o Estado. Essas sendo incentivadas pelas lideranças Jiripankó a fim de fortalecer as chamadas “frentes de luta”. Logo, após a compreensão do lugar sociocultural da Escola Estadual Indígena José Carapina e o conceito/importância do território entre o grupo, buscaremos, neste ponto, descrever as parcerias que possibilitaram a conquista desses direitos e a sua devida efetivação.

Retornando ao intervalo temporal entre os anos 1980 e 2000, ainda no processo de reconhecimento, os Jiripankó contaram com o apoio dos Pankararu de Pernambuco e outras etnias para, legitimar suas reivindicações sobre a identidade indígena, conforme descrito pelo Cacique tradicional Genésio Miranda

Foi eu e Elias Bernaldo o Pajé, ainda em 1982 para Brasília quem convidou “nois” foi o pessoal de Palmeira dos Índios. Miguel Celestino Xucuru-Kariri que já era velho de luta, o Ibis Menino lá de Wassu, Geová também, Cícero Daruanda de Colégio, Juarez Karapotó, esse pessoal todo (...). Quando “chegamo” lá “tivemo” sorte, encontrei João Tomás da Serrinha dos Caboclos Pancararú – Antônio Moreno e João Binga junto com Quitéria Binga e Comadre Maria Berto (...) Foi uma alegria, aí não faltou mais nada, encontrou “nois” de Alagoas e eles lá de Pernambuco, todos já “sabia” que Elias e eu “tava” em busca do reconhecimento.⁴⁷

Notemos o modo como o entrevistado cita, além dos Pankararu de Pernambuco, outras etnias do estado de Alagoas como os Xukuru-Kariri do município de Palmeira dos Índios e os Karapotó do município de São Sebastião. A partir desse relato, nos deparamos com uma espécie de teia de relações que ampliou o alcance das demandas dos grupos indígenas existentes em Alagoas e legitimou suas identidades na medida em que os já reconhecidos passaram a apoiar e identificar as etnias que se encontravam ainda em processo de reconhecimento, como era o caso dos Jiripankó.

Situação semelhante foi descrita por Amorim ao analisar o reconhecimento étnico dos Kalankó, Katokinn, Karuazu e Koiupanká, habitantes dos municípios de Água Branca, Pariconha e Inhapi (AMORIM, 2017), tal reconhecimento contou com o apoio dos Jiripankó segundo as pesquisas do citado autor, documentos e afirmações dos indígenas. Atuar no

⁴⁷ Entrevista concedida pelo Cacique Genésio Miranda da Silva ao professor e pesquisador Cícero Pereira dos Santos no ano de 2006.

reconhecimento de outro povo significa vincular-se a esse de alguma maneira e, quando necessário, adquirir o apoio do “parente” que foi reconhecido.

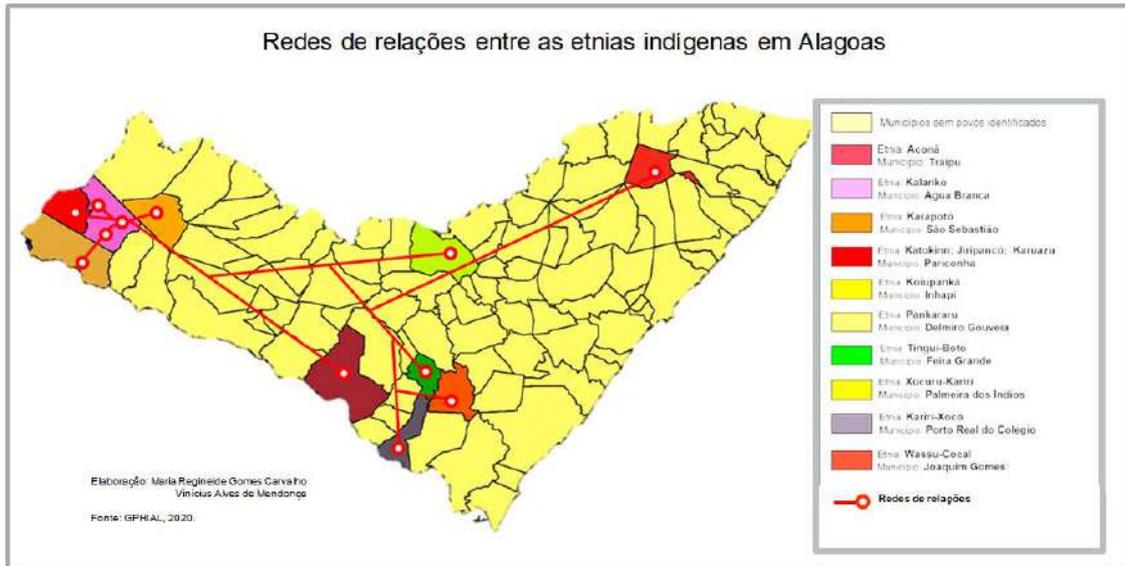
Essas relações estabelecidas entre diversas etnias, tanto habitantes do estado alagoano quanto de outros estados do país, deram possibilidade para que fossem elaboradas uma rede marcada por alianças permeadas de reciprocidade e politização na luta frente aos órgãos indigenistas e demais instituições oficiais do Estado, com a finalidade de realizar a efetivação dos direitos dessas populações.

Assim, essas redes foram um elemento crucial para que os diversos povos indígenas espalhados pela região se unissem numa causa em comum: o direito ao reconhecimento oficial de suas identidades étnicas, sobretudo a efetivação da demarcação de suas respectivas terras e para que os membros viventes em suas comunidades pudessem gozar do direito a saúde e educação escolar diferenciada e que tenham um calendário curricular que esteja de acordo com os seus modos de ser e suas expressões culturais identitárias.

A analogia com a noção de “teia” explicita bem as relações entre os indígenas alagoanos e de demais regiões do Brasil. Tomando como exemplo, no momento de construção da quadra de esportes, vinculada a Escola Estadual Indígena José Carapina, as estruturas foram construídas de forma semelhante a outras etnias, como os Kariri-Xokó do município de Porto Real do Colégio. Nesse caso, os indígenas reivindicaram seus direitos em parceria e os receberam de forma concomitante.

Segundo algumas das lideranças Jiripankó, o principal ponto de articulação dessas atividades políticas das comunidades e parcerias, ocorre na escola. Essa, recebe tal função devido ao seu espaço que é destinado as reuniões e, também, em função do seu caráter simbólico de conquista, pois é um dos direitos mais reivindicados pelos povos indígenas de Alagoas, visto que algumas das etnias ainda não possuem prédio escolar como é o caso dos Kalankó e Koiupanká. Observemos a ilustração a seguir.

Ilustração 16 – Rede de relações entre as etnias indígenas em Alagoas



Fonte: Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, 2020.

Apresentamos na imagem acima, uma ilustração das redes de relações mantidas entre os povos indígenas alagoanos. Nota-se o modo como estão distribuídos pelos municípios do estado. Apesar das diferenças nas suas formações históricas, culturais e religiosas⁴⁸, esses grupos se articulam em parcerias informais e formalizadas como o é o caso dos conselhos estaduais, citando o Conselho Estadual de Educação Escolar e o Conselho Estadual de Saúde Indígena, existindo também organizações como a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME – que atua na defesa dos direitos dessas populações.

Devido à proximidade geográfica – ver o mapa 04 – e cultural, visto que possuem origens semelhantes, os povos indígenas do alto sertão possuem um vínculo ainda mais próximo nessa rede. Como afirmamos, os Jiripankó atuaram no processo de reconhecimento dos Kalankó, Karuazu, Katokinn e Koiupanká enquanto testemunhas, legitimadoras e apoiadoras da identidade desses povos, tendo sido os reconhecimentos oficializados em 1999.

⁴⁸ Existem em Alagoas 12 povos indígenas, esses formados por diferentes processos históricos, por exemplo, os povos do alto sertão (Kalankó, Karuazu, Koiupanká, Katokinn, Pankararu e Jiripankó) foram formados a partir de diásporas oriundas do povo Pankararu de Pernambuco; os Xukuru-Kariri se formaram da união entre os povos indígenas Xukuru e Kariri, vindos dos municípios de Pesqueira (Pernambuco) e Porto Real do Colégio (Alagoas); os Kariri-Xocó se formaram a partir de migrações e aldeamentos missionários e da união com os indígenas Xokó do município de Porto da Folha (Sergipe), dando origem, devido a migrações de seus membros, a outras etnias como os Tingui-Botó e Karapotó; Aconã se originou de uma dissidência de Tingui-Botó e, por fim, Wassu Cocal habita a séculos seu território em Joaquim Gomes, tendo o adquirido a partir das atuações de seus membros na Guerra do Paraguai.

A religião indígena que possui os Praiás e os Encantados enquanto centro é comum entre os KKKK⁴⁹, os Jiripankó e os Pankararu do município de Delmiro Gouveia, os aproximando, enquanto praticantes de uma crença comum. Assim, grande parte das decisões políticas ocorrem no meio ritual e em seguida são compartilhadas com a comunidade, existindo o apoio da devida “força” oriunda, conforme afirmações dos indígenas, da sua tradição secular.

Desse modo, se justifica sobre a inclusão da tradição nas salas de aula Jiripankó, ocorrendo na perspectiva de que esse é um dos caminhos que une os mais velhos às novas gerações, sendo o percurso responsável por inseri-los na luta indígena. A narrativa a seguir descreve o modo como a escola Jiripankó desenvolve papel determinante nas reivindicações do grupo.

Em cima da escola começamos a organizar mais outras parcerias em etnia parente da gente né, de outros povo pra poder ter mais força pra poder adquirir onde nós chegamos[...] aí eu entrei na COPPABACS como representante, começou pela CÁRITAS, que ela trabalha em conjunto com a Cáritas e aí ASA BRASIL⁵⁰

Os chamados “parentes” são os membros das etnias que participam da rede relações, apresentada no mapa 04, fortalecendo seus lugares sociais. O entrevistado afirma sua entrada para a Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes – COPPABACS⁵² – enquanto mais uma das conquistas, pois a partir desse ocorrido se deu a criação do banco de sementes e o apoio da organização.

Duas organizações, por fim são citadas, a primeira é a Cáritas e a segunda é a Associação do Semiárido Alagoano Brasil – ASA Brasil⁵³. A Cáritas atua na comunidade enquanto um apoio devido ao convívio com a seca do sertaneja (SILVA, 2018), principalmente no que se refere a implementação de algumas cisternas voltadas para o acúmulo de água da chuva. Em sentido semelhante, a ASA Brasil desenvolve políticas de melhor convivência com a seca, abandonando a concepção de “combate à seca”.

Na contemporaneidade, a Cáritas estando associada à Igreja Católica que na colonização protagonizou guerras contra os povos indígenas brasileiros, em caminho contrário se constitui

⁴⁹ Sigla criada por Amorim em sua produção científica sobre o reconhecimento dos indígenas Koiupanká intitulada “Resistência e Ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano”.

⁵⁰ Entrevista concedida pelo Cacique Jiripankó Sr. Cícero Miranda ao pesquisador Vinicius Alves de Mendonça no dia 16 de dezembro de 2019.

⁵² Cf. Disponível em: www.coppabacs.blogspot.com.

⁵³ Cf. Disponível em: www.asabrasil.org.br.

junto ao CIMI, que também é vinculado a Igreja, enquanto uma das bases de apoio aos indígenas, principalmente no que se refere aos habitantes na região Nordeste.

A atuação da FUNAI, inclusive, por vezes chega a ser ofuscada pelas atividades das organizações citadas e pelas articulações dos próprios indígenas, principalmente, devido a algumas intensões contra a autonomia plena desses grupos étnicos, tendo em vista que algumas gerencias do órgão governamental, intencionavam perpetuar o sistema de tutela implementado pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI – durante o século XX⁵⁴. Contudo, apesar das tensões com alguns povos, a FUNAI ainda se configura como uma potencial parceira na luta indígena, principalmente quando se trata de alguns dos seus funcionários que defendem os interesses dos indígenas.

Resultados da autonomia e articulação dos Jiripankó e outras etnias de Alagoas são encontrados nas parcerias também com as instituições de ensino, especificamente as Universidades. A UNEAL e a UFAL sendo duas das principais instituições que preconizam alianças com os Jiripankó, no caso da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, existe um relação próxima com os indígenas do Alto Sertão, de modo que em 2019 foi aprovada e implementada a primeira turma de uma pós-graduação *Latu Sensu* direcionada especificamente a professores indígenas, na qual grande parte dos docentes da Escola Estadual Indígena José Carapina estão participando enquanto alunos e membros da organização.

O centro das parcerias com as instituições de ensino se dá na formação de professores, seja na pós-graduação, como no caso da UFAL, ou na graduação como atua a UNEAL através dos programas PROLIND e CLIND; o primeiro teve início em 2010 e ofertou 80 vagas para graduações em diferentes áreas de ensino, a serem realizadas no Campus III, Palmeira dos Índios, tendo sido finalizado em 2014 com a formação de alguns dos atuais professores da escola Jiripankó.

O CLIND teve início em 2018 com o objetivo de continuar e ampliar as atividades do primeiro programa, iniciando com cerca de 280 vagas, aproximadamente 200 a mais que o PROLIND. A Escola Estadual Indígena José Carapina, em comum acordo entre os Jiripankó e a UNEAL, se tornou um dos polos da UNEAL, sendo considerada uma extensão da citada instituição de ensino superior.

⁵⁴ Fundado em 1910, possuía o intuito de tutelar e prestar assistência aos indígenas em território Nacional e transformar esses indivíduos em trabalhadores nacionais, tanto que o nome original do órgão era “Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN”. Foi extinto em 1967, dando origem a FUNAI. Para mais detalhes ver: FUNAI. **Serviço de Proteção aos Índios**. Disponível em: <http://funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi?start=6#> Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

O Pólo Pariconha/Jiripankó, como a escola foi denominada, comporta os alunos dos 06 povos habitantes na região do alto sertão, cedendo suas salas de aula para as disciplinas do CLIND, no qual cerca de 60 indígenas Jiripankó se encontram matriculados em diversas licenciaturas, formando a próxima geração de professores das escolas indígenas da região.

Não apenas a Escola Estadual Indígena José Carapina aderiu à função de Polo, pois existem também os Pólos: Porto Real do Colégio/Kariri xokó que comporta as etnias Aconã, Kariri Xokó, Karapotó Palnk-ô e Karapotó Terra Nova; Joaquim Gomes, que comporta a etnia Wassu Cocal; e Palmeira dos Índios/Campus III que comporta as etnias Xukuru-Kariri e Tinguí-Botó.

A parceria entre a UNEAL e os indígenas através desses programas de licenciaturas tem assumido um papel revolucionário no meio educacional dessas etnias. Atualmente, a maioria dos professores das escolas indígenas do estado, como é o caso Jiripankó, são professores indígenas que atuam em suas comunidades de origem, permitindo aos alunos se enxergarem no conteúdo lecionado, pois esse está sendo aplicado por um membro do grupo ao qual faz parte.

Outro ponto a se destacar, ainda sobre as articulações no ensino superior, é a ligação entre os Jiripankó e o Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL, vinculado a UNEAL, Campus III, a qual se caracteriza enquanto um vínculo entre os membros do grupo de pesquisa e os indígenas dessa etnia que é marcado pela realização de pesquisas na finalidade de proporcionar aos Jiripankó uma maior visibilidade no mundo acadêmico.

Desde o início das relações entre essas duas instâncias foram obtidos enquanto resultados 01 tese de doutorado, 01 monografia de especialização, 01 monografia de graduação e, atualmente, existem em processo de desenvolvimento 03 monografias de graduação, 01 mestrado e 01 Pós-doutorado, além deste trabalho sobre as relações entre educação escolar e o território Jiripankó e inúmeros artigos científicos, livros e capítulos de livros publicados pelos pesquisadores do GPHIAL.

Os materiais oriundos dos estudos do referido grupo de pesquisas se encontram disponibilizados na Escola Estadual Indígena José Carapina, formando um acervo de textos, livros, Teses e monografias que são utilizados enquanto material de pesquisa pelos professores e também como ferramentas didáticas no lecionar dos conteúdos dos alunos.

Tais parcerias, permitem o ramificar das atividades da escola Jiripankó e ampliação dos fazeres educativos e conquistas de direitos, pois o território e educação escolar diferenciada só foram alcançados devido as lutas dos indígenas em parcerias com instituições e órgãos sensíveis a causa defendida por esses. Seja no ambiente interno da comunidade ou em outros campos, as

reivindicações Jiripankó seguem firmes enquanto expressão do processo de formação da etnia e da sua atual sobrevivência no alto sertão.

5 CONCLUSÃO

Ao longo da pesquisa pudemos constatar a importância da educação escolar diferenciada no cotidiano da comunidade estudada. A relação com o território é notadamente permeada pela educação escolar realizada na Escola Estadual Indígena José Carapina. Logo, as visões de mundo, concepções e, como apresentado, as identidades dos Jiripankó são disseminadas através da citada instituição, sendo tal cultura compartilhada oriunda dos contextos históricos vivenciados pelos indígenas desde a formação dos seus ancestrais no aldeamento Brejo dos Padres em Pernambuco.

Em Pariconha, localização atual do povo Jiripankó, a organização e formação étnica foram os eventos que embasaram a continuidade da construção do pertencimento étnico entre o grupo, formando as relações geracionais descritas nas narrativas das lideranças Jiripankó. Por consequência, nos primeiros anos do século XXI, a etnia estudada teve a ampliação do alcance das suas reivindicações, acompanhadas pela atuação dos mais jovens.

Concomitante a esses eventos positivos, no que se refere à luta por direitos, as conquistas se multiplicaram, munindo o grupo de esperanças frente aos empecilhos cotidianos marcados pela ausência da demarcação territorial, melhores estruturas na área escolar e falta de empregos, a última ocasionando as migrações sazonais para diversas regiões de Alagoas e outros estados.

Novamente, a educação escolar contribuiu, além das questões relacionadas a cultura e identidade, no meio social e econômico da etnia, pois passou a ofertar uma ampliação dos horizontes dos mais jovens. Por este ângulo, o ambiente universitário se aproximou da realidade Jiripankó, principalmente devido a implementação do Polo Pariconha/Jiripankó do CLIND na Escola Estadual Indígena José Carapina e com a parceria do corpo escolar em conjunto com as lideranças Jiripankó, através dos conselhos da etnia, pôde efetuar a devida implementação de mais uma extensão da educação escolar diferenciada, tão reivindicada pelos indígenas, e outras oportunidades de emprego.

Com isso, o ciclo que analisamos no capítulo 02 ganha uma nova ramificação, visto que os alunos nascem no meio sociocultural Jiripankó, são inseridos em uma educação escolar sensível as demandas do grupo e suas particularidades tradicionais, saem da instituição escolar enquanto indivíduos conscientes do seu lugar social e recebem, devido aos Cursos de Licenciatura indígena, mais uma oportunidade de formação profissional e continuidade dos estudos.

A educação escolar se mostrou, desse modo, determinante na realidade Jiripankó, seja nas questões associadas ao território ou as do meio cultural. A ausência das particularidades

educativas presentes da Escola Estadual Indígena José Carapina desencadearia a perda de uma das principais parcerias na causa indígena, pois as atuações sociais da escola são responsáveis pela sobrevivência de diversas instâncias da vivência Jiripankó, citando como exemplo as graduações interculturais, a formação educacional de grande parte das novas gerações.

Considerando que o objetivo de adquirir o território é garantir a permanência do palco das relações sociais e tradicionais, garantindo uma melhor condição de sobrevivência, essa que é proporcionada pelas organizações descritas durante suas atuações. Em meio ao cenário citado, as parcerias contribuem no colher destes frutos positivos ao longo dos anos e dificuldades, mesmo as que não se encontram diretamente associadas à educação escolar ou ao território, como a Caritas, a ASA Brasil e a COPPABACS, pois, apesar de não serem direcionadas a demarcação ou a sala de aula, atuam como afirmação da autonomia e articulação do grupo;

No âmbito da educação escolar, os vínculos com os “parentes” e suas respectivas etnias, distribuídas pelo Nordeste e, principalmente, em Alagoas, possibilitam as articulações de luta e efetivação de algumas políticas e direitos. Exemplo de resultados conquistados através dessa rede de relações, são os cursos de licenciatura indígena e outras questões relacionadas à formação das novas gerações na sala de aula, além da própria escola Jiripankó.

Sendo a educação e a tradição cultural, os dois principais agentes sociais naquela sociedade, as atuações das instituições de ensino superior e grupos/entidades de pesquisa, tendem a potencializar a visibilidade e o fortalecimento de ambas, dado que auxiliam no compreender das suas importâncias na sobrevivência étnica Jiripankó. Por fim, destacamos o modo como a compreensão e imersão no meio sociocultural da comunidade se faz necessário no intuito de exercer alguma atividade de parceria e/ou estudo, esse exercício fazendo parte do continuo ciclo de conhecimento sobre o outro e a sua realidade, entender o fazer educativo na escola Jiripankó contribui na compreensão do modo como aquela sociedade se imagina e forma seus membros.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Siloé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. Maceió: Iphan-AL, 2017.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A árvore Pankararú: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2. ed. São Paulo: Contra Capa, 2004.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **O Reencantamento do Mundo**: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. 219f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOLORINO, Eliana. **Educação e Serviço Social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Unesp, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo Brasiliense, 2007.
- BRASIL. Constituição Federativa da República do Brasil (05 outubro, 1988). **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.
- BRASIL. Lei n. 9.394 (20 dezembro, 1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 dez. 2019.
- BRITO, Maria de Fátima. **Relatório Antropológico da terra Indígena Geripancó**. Recife: Fundação Nacional do Índio, 1992.
- CLAVAL, Paul. O Território na transição da modernidade. **Revista Géographies et Cultures**, Paris, n. 20, 1996.
- FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A educação dos Jiripancó**: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.
- FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos postos indígenas de Alagoas (1940-1967). 223f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUEIROS, Lucas Emanuel Soares. **Os Jiripankó e o ritual Menino do Rancho: cosmologia, identidade e memória indígena**. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MENDONÇA, Vinícius Alves de; SANTOS, Yuri Franklin Rodrigues dos. Pertencimento e resistência entre as novas gerações: a atuação das crianças Jiripankó no ritual menino do rancho. *In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes (Orgs). Dinâmicas da resistência: fluxos, fronteiras e migrações*. Goiânia: Phillis, 2019.

MERCOLI, Bruna Grasielle Ferreira. A prática educativa entre os Xucuru-Kariri: diálogos entre interculturalidade e o currículo escolar. *ABRIL INDÍGENA*, 10., 2019, Palmeira dos Índios. **Anais [...]**. Palmeira dos Índios: [s. n.], 2019. (v. 2).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2000.

REIS, Neila da Silva. História, Educação e Políticas Públicas em Áreas Indígenas: Memória e sociedade. *In: REIS, Neila da Silva; FERREIRA, Gilberto Geraldo; NOMERIANO, Aline Soares (orgs). História, raízes indígenas de Alagoas e políticas educacionais*. Maceió: EDUFAL, 2015.

SANTOS, Cícero Pereira dos. **Território e identidade: processo de formação do povo indígena Jiripancó**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2015.

SANTOS, Luan Moraes dos. **Os Xucuru-Kariri e as elites: história, poder e conflito territorial em Palmeira dos Índios – AL (1979 – 2015)**. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SANTOS, Taysa Kawanny Ferreira; LUCINI, Marizete. A educação Escolar Indígena e a interculturalidade: elementos para pensar a educação específica e diferenciada dos Kariri-Xocó/AL. *In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes (orgs). Alagoas nos trilhos das memórias: imagens, patrimônios e oralidades*. Recife: Libertas, 2017.

SILVA, Ânderson Barbosa da. **Rituais Jiripankó: um olhar sobre o sagrado dos índios do sertão de Alagoas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2013.

SILVA, José Moisés de Oliveira. **Os Kalankó: memória da seca e técnicas de convivência com o Semiárido no Alto Sertão Alagoano**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SILVA, Maria da Penha da. Educação intercultural: a presença indígena nas escolas da cidade e a Lei 11.645/2008. *In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (orgs). A temática*

índigena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. 2. ed. Recife: Ed. dos Organizadores, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.